

AGRICULTURA

EM SÃO PAULO

BOLETIM DA DIVISÃO DE ECONOMIA RURAL

SUMÁRIO

UMA APRECIÇÃO SOBRE A ECONOMIA RURAL NO BRASIL	1
A SITUAÇÃO DO CAFÉ E A GARANTIA DOS PRE- ÇOS NO MERCADO INTERNO	37
ESTATÍSTICAS — Preços médios recebidos pelos lavra- dores e produtores. Importação de cabotagem e do exterior por Santos	57

ANO VIII

Nº 5

MAIO 1961

DEPARTAMENTO DA PRODUÇÃO VEGETAL
SECRETARIA DA AGRICULTURA
ESTADO DE SÃO PAULO

“AGRICULTURA EM SÃO PAULO”

Boletim da Divisão de Economia Rural

Rua Anchieta, 41 — 10.º andar — Caixa Postal, 8083

São Paulo — Brasil

Divisão de Economia Rural

Diretor: Eng.º Agr.º Ruy Miller Paiva

S E C Ç Õ E S

Política da Produção Agrícola

Eng.º Agr.º C. C. Fraga, chefe
Eng.º Agr.º Claus F. T. Freitas
Eng.º Agr.º Antônio D. Piteri
Eng.º Agr.º C. Meira Coelho

Organização de Empresas Agrícolas

Eng.º Agr.º O. J. Thomazini Ettore, chefe
Eng.º Agr.º Jorge D. Issa
Eng.º Agr.º Milton A. Moisés

Previsão de Safras e Cadasiro

Eng.º Agr.º Mário Zaroni, chefe
Eng.º Agr.º Fernando S. Gomes Jr.

Análise de Mercados e Preços

Eng.º Agr.º Rubens A. Dias, chefe
Eng.º Agr.º Ismar F. Pereira
Eng.º Agr.º Persio C. Junqueira
Eng.º Agr.º Antonio A. B. Junqueira

Comercialização

Eng.º Agr.º J. M. Fonseca Lima, chefe
Eng.º Agr.º J. C. Gomes dos Reis Jr.
Eng.º Agr.º Luiz Jorge Elbel

Levantamentos Econômicos

Eng.º Agr.º Salomão Schattan, chefe
Eng.º Agr.º Milton N. Camargo
Eng.º Agr.º M. de L. do Canto Arruda

Análises de Custo e Rendas Agrícolas

Eng.º Agr.º Mauro Souza Barros, chefe
Eng.º Agr.º A. G. Batista Campos
Eng.º Agr.º Paul Frans Bermelmans

DEPARTAMENTO DA PRODUÇÃO VEGETAL

Diretor Geral: — Eng.º Agr.º Mário Decourt Homem de Mello

SECRETARIA DA AGRICULTURA

DO

ESTADO DE SÃO PAULO

UMA APRECIACÃO SOBRE A ECONOMIA RURAL NO BRASIL

WILLIAM H. NICHOLLS
Universidade de Vanderbilt

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
I — AS CONDIÇÕES GERAIS	5
As Escolas Superiores de Agricultura	5
Instituições de Pesquisa Agrícola	10
Serviços de Extensão Rural	14
II — SITUAÇÃO DA ECONOMIA RURAL	19
Ensino ou Treinamento de Graduação	19
Ensino de Pós-Graduação	24
Pesquisa	26
Extensão	29
III — CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	30
A necessidade de Economistas Rurais	30
Como satisfazer a necessidade de micro-economistas rurais	32
Como satisfazer a necessidade de macro-economistas rurais	34
Uma palavra final	35

APRESENTAÇÃO

Em meados de 1960 o prof. William H. Nicholls foi encarregado pela Fundação Ford de estudar as condições de ensino e pesquisa nos campos da Economia e da Economia Agrícola no Brasil, a fim de proporcionar elementos para aquela Fundação melhor se orientar quanto à assistência e aos estímulos que poderiam ser fornecidos às instituições nacionais responsáveis por esses setores de trabalho.

O relatório elaborado pelo Prof. Nicholls referente à Economia Rural estende-se também a outros campos da agricultura: ensino, pesquisa, fomento e extensão, trazendo uma série de observações, algumas vezes duras, mas sempre extremamente objetivas e que poderão servir de orientação aos nossos órgãos oficiais e aos estudiosos dos problemas da agricultura brasileira.

Tratando-se de professor de sólido prestígio moral nos Estados Unidos e de autoridade de indiscutível mérito no campo científico, conforme se depreende pelo "curriculum" apresentado abaixo, sente-se o boletim "Agricultura em São Paulo" bastante honrado com a oportunidade que se lhe foi oferecida de divulgar êsse trabalho no Brasil.⁽¹⁾

O Prof. William H. Nicholls formado em 1934 pela Universidade de Kentucky, realizou estudos pós-graduados em economia na Universidade de Harvard onde em 1941 obteve o grau de Ph. D.

Foi professor no Iowa State College de 1938 a 1944, na Universidade de Chicago de 1945 a 1948, sendo atualmente, professor de Economia e diretor do Departamento de Economia e Administração de Negócios da Universidade de Vanderbilt em Nashville, Tennessee e do "Instituto de Pesquisas em Ciências Sociais" da mesma Universidade.

Em 1945, seu trabalho intitulado "Política de Preços para Agricultura, consistente com o progresso econômico, que promova rendas adequadas e mais estáveis aos agricultores", recebeu o 1.º prêmio (de 5.000 dólares) dentre os 317 apresentados sobre o mesmo assunto, num concurso promovido pela "American Farm Economic Association".

Dentre suas inúmeras obras publicadas destacam-se os seguintes livros: "Imperfect Competition within Agricultural Industries" (1941), Iowa State College Press; "Labor Productivity Functions in Meat

Packing" (1948), University of Chicago Press; e "Southern Tradition and Regional Progress" (1960), University of North Carolina Press. Últimamente, vem publicando uma série de artigos sobre uma ampla pesquisa que realizou no sul dos Estados Unidos sobre o "Efeito do desenvolvimento industrial-urbano sobre a agricultura", que vem tendo grande destaque nos meios acadêmicos daquele país.

O Prof. Nicholls já foi presidente da "Southern Economic Association" e é atualmente presidente da "American Farm Economic Association", entidade que congrega a grande maioria dos economistas agrícolas americanos.

Em diversas ocasiões, tem sido chamado para prestar importantes contribuições a outras instituições. Como Professor visitante da Fundação Getúlio Vargas, esteve no Brasil em 1947. Em 1950 colaborou em trabalho do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento sobre a Turquia, no período de 1953-54 foi membro do "Council of Economic Advisers" do Presidente dos Estados Unidos e no momento é professor visitante na Universidade de Harvard.

(1) A tradução do original em inglês foi feita por J. B. Pinto, da Escola Superior de Agricultura de Viçosa, Minas Gerais.

UMA APRECIÇÃO DA ECONOMIA RURAL NO BRASIL (*)

WILLIAM H. NICHOLLS (*)

Universidade de Vanderbilt

*“Quando se tenciona construir,
Primeiro se há-de fazer o levantamento
do terreno, para em seguida se fazer a
planta da casa...”*

Shakespeare, King Henry IV, Parte II

Não obstante o afluxo cada vez maior de estudantes estrangeiros para os cursos universitários americanos, e apesar de aumentar sempre o número de especialistas americanos que aceitam designações para trabalharem fora de seu país, a maioria dos economistas rurais americanos continua decididamente fechada aos problemas exteriores e etnocêntrica. Enquanto assim agirmos, dificilmente podemos esperar que a preparação ministrada a estudantes estrangeiros ou a especialistas americanos lhes seja suficiente à melhor prestação de serviços possível no estrangeiro. Muitos aspectos deste problema se não de solucionar tão sômente quando as Escolas e Universidades ameri-

canas se decidirem a alargar suas próprias perspectivas, seus objetivos e currículos, no sentido de robustecer-lhes a dimensão internacional.(1) Entrementes, porém, progressos consideráveis se haveriam de obter se nós, economistas rurais americanos, procurássemos melhorar nossos conhecimentos e nossa compreensão a respeito da organização e do estado em que se encontra o nosso campo específico em outros países (máxime subdesenvolvidos). Sem tais conhecimentos e compreensão é-nos árduo fazer uma seleção mais equilibrada dos estudantes que pleiteiam admissão em nossas Universidades. É-nos quase impossível adaptar nossos currículos de sorte a satisfazer as necessida-

(*) Sou grato à Fundação Ford pela assistência financeira que me permitiu fazer tal levantamento da Economia Rural no Brasil. Todavia, as opiniões aqui expressas são de minha inteira responsabilidade e não são necessariamente endossadas pela Fundação Ford, ou por quaisquer de seus funcionários. Sou também muito grato aos grupos de economistas, economistas rurais, agrônomos e administradores, que deram tão generosamente do seu tempo e foram tão hospitaleiros durante a minha estadia no Brasil.

(1) Cf. Nicholls, Higher Education and Agricultural Economics: A Critical Appraisal, Journ. Farm. Econ., Vol. 42 (1960), pp. 969.

des intelectuais dos nossos estudantes estrangeiros ou ajudá-los a darem a melhor contribuição possível, ao retornarem aos seus países de origem. Nem nos será igualmente possível preparar economistas rurais americanos para maximizarem, não suas próprias frustrações, mas a efetividade de seus serviços no estrangeiro, se desconhecermos ou não compreendermos suficientemente como são feitas as instituições estrangeiras, de maneira a escolhermos aquelas que mais proveitosamente poderão gozar de nossa assistência, e adaptarmos também o escopo e o cunho peculiar desta assistência a um meio ambiente bem diverso.

Durante o verão de 1960, passei dez semanas no Brasil, a fim de fazer um levantamento do estado da Economia, tanto geral quanto da Economia Rural brasileira, tendo sido meu tempo igualmente partilhado entre as duas. Tal experiência me foi de tanto interesse profissional e tanto me cumulou que decidi oferecer a outros economistas rurais americanos a oportunidade de defrontarem tal experiência, através deste artigo. Enquanto variam grandemente a organização e o estado da Economia Rural de um país para outro, o Brasil oferece um exemplo excelente, senão típico, dos problemas e oportunidades que o nosso âmbito de trabalho enfrenta nos países menos desenvolvidos do mundo. Certo é que o estado da Economia Rural no Brasil é, via de regra, semelhante ao de outros países da América Latina. Entretanto, visto ter a educação superior não apenas na América Latina, mas também na maioria dos países subdesenvolvidos, seguido em tudo os padrões europeus de ensino e não os americanos, a situação no Brasil

comporta muitas semelhanças até mesmo com regiões tão remotas como a Ásia e o Médio Oriente. Enfim, o Brasil, pela sua extensão territorial e população, é bastante importante para assegurar a si mesmo um interesse considerável.

Por fim, quero ressaltar que um levantamento da Economia Rural no Brasil (no sentido ora familiar aos americanos que pertencem em grande número à nossa honrada profissão) se parece ao problema proverbial de procurar uma "agulha no palheiro". Embora a Economia Rural seja matéria de muitos currículos universitários nas Escolas de Agronomia do Brasil, estas tem não apenas, uma orientação quase totalmente técnica como ocupam-se quase que exclusivamente com a instrução de seus próprios alunos. Se existem por acaso serviços e pesquisa no campo da Economia Rural, são eles mantidos na maior parte por instituições extra-acadêmicas, quer públicas quer privadas. Para alguém familiarizado com os elos íntimos existentes entre o ensino da Agricultura, e as atividades da Pesquisa e da Extensão nos Estados Unidos, a ausência quase completa de integração e de coordenação destas atividades no Brasil torna-se uma surpresa e causa desapontamento. Porisso, um levantamento da Economia Rural no Brasil, há-de não apenas lidar com uma diversidade de instituições, como também descrever cuidadosamente as condições gerais em que elas se estabelecem. Antes, pois, de volver ao meu intento principal da Economia Rural, deverei tratar, em primeiro lugar, do vasto arcabouço institucional do Ensino, Pesquisa e Extensão Agrícola, dentro de cujo ambiente relativamente desfavorável devem os economistas rurais brasileiros operar.

I. AS CONDIÇÕES GERAIS

As Escolas Superiores de Agricultura

O Brasil, que tem uma superfície maior que a dos Estados Unidos continental, possui doze Escolas Superiores de Agricultura. Espelhando a lentidão brasileira em preencher seus vastos "espaços vazios" no interior, metade destas Escolas acha-se praticamente à beira mar e nenhuma delas está situada a mais de 200 milhas terra a dentro. Destas doze Escolas, quatro são instituições estaduais autônomas, diretamente subordinadas ao governo do Estado; uma é privada (Presbiteriana); e oito são federalizadas debaixo da inspeção do Ministério da Agricultura, exceto uma que está sob o controle do Ministério da Educação. Com exceção de uma Escola estadual (Viçosa) e outra privada (Lavras), ambas situadas no Estado de Minas Gerais, e fundadas ambas sob direção americana, a organização, os métodos e a filosofia das Escolas de Agricultura brasileiras foram quase que exclusivamente influenciadas pelos padrões europeus e não americanos de ensino. Deu-se, pois, ênfase às ciências básicas e conhecimentos teóricos, com parca atenção dedicada à aplicação de princípios aos problemas de ordem prática, quer no ensino, quer na pesquisa. Além disso, foram os currículos de várias Escolas padronizados por lei federal, de modo que os estudantes de todas as Escolas de Agricultura subs-

tancialmente seguem um currículo uniforme de estudos, distribuído em um período de quatro anos. Embora estes controles federais tenham servido para manter certos padrões mínimos (durante o período de 1938-43 oito Escolas foram fechadas por não poderem assegurar este mínimo), êles também têm dificultado muito quaisquer experiências de cursos novos ou adaptação a condições naturais ou sócio-econômicas extremamente diversas.

Para poder manter os 22 cursos legalmente exigidos, uma Escola de Agricultura oficializada(2) tem de ter ao menos 19 professores catedráticos, a cada um dos quais cabendo a responsabilidade de um único curso. Afora as ciências básicas, o currículo se centraliza sobre as três maiores divisões do estudo — Agronomia, Zootecnia e Engenharia Rural — que devem ser seguidas para a obtenção de um título único o de **engenheiro agrônomo**. Na prática não se dá oportunidade alguma aos estudantes de escolherem assuntos de seu próprio interesse, a fim de se especializarem, e muito menos em Economia Rural que, em geral, se limita a um curso de um ano de natureza muito geral. Há muito descontentamento para com o currículo legal na Agronomia, nos últimos anos, em parte devido ao fato de que as escalas de classificação de salários, quer federais quer estaduais, para os funcionários civis, adjudicaram menores níveis para

(2) O currículo padrão legal toma quase sempre a seguinte forma:

Primeiro ano: Matemática; Física Agrícola; Química Analítica; Anatomia e Fisiologia Vegetal; Zoologia Geral Agrícola; Desenho (Geometria Descritiva).

Segundo ano: Mecânica Agrícola; Geologia Agrícola e Ciência dos Solos; Botânica Agrícola; Anatomia e Fisiologia Animal; Entomologia e Parasitologia e Química Orgânica.

Tercêiro ano: Topografia; Estradas e Desenho; Patologia Vegetal e Microbiologia; Agricultura Geral e Genética; Zootecnia (Raças e Genética); Horticultura e Silvicultura.

Quarto ano: Agricultura Especial e Genética; Zootecnia (Alimentação e Manejo); Tecnologia Rural e Indústrias Agrícolas; Hidráulica e Construção; Economia Rural, Legislação e Contabilidade.

os engenheiros agrônomo, se comparados com os níveis de medicina, direito e outras profissões, cuja preparação requer cinco anos em vez de quatro.

Porisso, os Diretores das Escolas de Agronomia do Brasil recentemente entraram em acôrdo sôbre a desejabilidade de um currículo de cinco anos a ser introduzido, que consistirá de um programa básico de três anos, essencialmente parecido com o que é atualmente seguido; e dois anos mais de cursos diversificados. Durante o quarto e quinto anos o estudante estudaria as matérias atualmente estudadas no quarto ano e uma outra sôbre Métodos de Extensão. Em acréscimo, teria de escolher na Agronomia (Culturas), Zootecnia, Engenharia Rural e Tecnologia Rural (talvez mais tarde se incluia Economia Rural) um campo de trabalho, do qual escolheria dois tópicos especiais sôbre cada um dos quais, em cada um dos dois últimos anos, haveria de fazer um estudo mais intensivo e especializado. Em resumo, o efeito de se acrescentar um quinto ano ao currículo seria o de se ajuntar um curso de Métodos de Extensão e mais quatro tópicos de um campo pré-escolhido. Assim mesmo, sômente a Escola de Agricultura de Piracicaba(3) pôs em execução êste currículo de cinco anos, mas dentro de poucos anos, com algumas variações locais, tornar-se-á êle padrão para todo o Brasil.

Uma das maiores limitações do

currículo atual de quatro anos é, com certeza, — afora sua inflexibilidade — o número excessivo de matérias que o estudante estuda ao mesmo tempo. Êste problema é ainda mais sério se se considera que as matérias legalmente exigidas são apenas um mínimo e que as matérias legais particulares podem ser extendidas em um ou dois anos e mesmo outras podem ser acrescentadas. Na Escola de Viçosa,(4) por exemplo, o estudante tem de seguir um total de 35 cursos (8 a 10 por ano) sem falar na Educação Física. Como consequência, terá que seguir vários outros cursos, que lhe serão úteis diretamente como preparação para o campo da Economia Rural (Estatística, Administração Rural, Sociologia Rural) como acréscimo ao curso sôbre Economia Rural exigido pelo currículo normal dos quatro anos, que dão tôdas as Escolas de Agricultura do Brasil. Todavia, considerando-se que em Viçosa, como em tôdas as outras Escolas, deve o estudante gastar de 35 a 40 horas por semana em aulas teóricas e práticas, sobra-lhe pouco tempo para outros estudos, exceto aquêles que lhe proporcionam suas notas de aulas. Materiais de referência são usados raramente, e mesmo os compêndios escolares em geral se limitam às apostilhas e demais aulas mimeografadas dos professores. Visto que o Inglês e outras línguas estrangeiras não pertencem ao currículo normal nem são exigidas como condição de matrícula, os estudantes

(3) A Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" em Piracicaba, São Paulo, (doravante mencionada como Piracicaba). Esta Escola (número de matriculados êste ano 350) é uma das unidades da Universidade de São Paulo, completamente mantida por verbas do Estado; as Escolas daquela Universidade estão distribuídas em diversas partes do Estado.

(4) A Escola Superior de Agricultura da Universidade Rural de Minas Gerais, situada em Viçosa, Minas Gerais (doravante será simplesmente mencionada como Viçosa). A Universidade Rural, que inclui não apenas as Escolas de Agricultura (número de matrículas êste ano 250) e de Ciências Domésticas, mas também a de Veterinária, em Belo Horizonte, é uma instituição completamente mantida pelo Estado e de todo independente da Universidade de Minas Gerais, em sua totalidade federalizada.

de Agronomia quase nunca têm acesso ao grosso da literatura científica, referente ao assunto que estudam.

O novo currículo de cinco anos é sintomático, mostrando que os Diretores das Escolas de Agricultura do Brasil sentem a necessidade de revisão, no sentido de maior autonomia local e maior flexibilidade. No entanto, dificilmente poderá ele resolver os maiores problemas atuais do currículo. Outorgará apenas uma leve escolha de especialização; nada porém fará no sentido de liberalizar o treinamento necessário, quer em línguas quer nas ciências sociais; e irá atrasar por mais um ano aquêles estudantes mais capacitados para trabalhos de pós-graduação (especialmente no campo da Economia Rural).

Pelo fato de, historicamente, ter sido a educação secundária no Brasil, privada, urbana e sobretudo cara, uma educação em Escola de Agricultura tem sido, de outro lado, quase inacessível, exceto para os estudantes provenientes de famílias abastadas. Os candidatos que conseguem passar nos vestibulares (40 a 50 por cento), via de regra têm uma base urbana e seus interesses se associam mais ao treinamento da escola secundária, que lhes facilitou o ingresso na Escola de Agricultura. Porisso, não só é limitado o número dos que se graduam em Agronomia, como também muitos dêstes, depois de graduados, se desinteressam por empregos federais ou estaduais. A procura de agrônomos tem-se limitado, na maioria dos casos, a cargos governamentais, que pagam salá-

rios relativamente modestos, principiando com Cr\$ 20.000,00 a Cr\$ 30.000,00 (U.S.A. \$111-167) mensais. Todavia, o interesse atual em efervercência que se nutre para com Serviços de Extensão Rural provocou uma procura muito ampla de agrônomos, o que irá triplicar pelo menos o número atual de graduados em Agronomia no Brasil (atualmente cêrca de 300 a 350 por ano). Para tais objetivos práticos os currículos atuais e os que estão sendo propostos deixam muito a desejar. O local em que se situam as Escolas e as origens dos estudantes dão como resultado graduados em grande número que desejam morar no Rio ou nas capitais estaduais e que carecem de conhecimentos práticos e de interesse pela Agricultura; e as raras e magras bôlsas para cursos de graduação limitam o número de estudantes de poucas posses e com gôsto para a vida rural, que poderiam sentir atração relativa pela segurança que oferece um emprêgo público, embora de pequeno nível salarial. Pelo fato de estarem as Escolas de Agronomia localizadas em cidades pequenas, ao contrário das outras Escolas, a carência de empregos locais para os estudantes faz com que o número de estudantes a tempo parcial seja menor nas Escolas de Agronomia que nas outras (de modo especial as de Economia).⁽⁵⁾ Embora sem dúvida alguma êsse fato contribua para melhorar a qualidade do treinamento universitário, tende a diminuir sèriamente a frequência escolar dos estudantes que possuem poucos recursos financeiros. Assim como em outras Escolas do Brasil,

(5) Onde existem tais empregos locais, todavia, o fenômeno de estudantes que trabalham parte do tempo — cêrca de 5 a 6 horas diárias mais um tempo acadêmico cheio — é encontrado, mesmo nas Escolas de Agronomia. Por exemplo, em Pôrto Alegre, a Escola de Agronomia, uma das Escolas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que se encontra naquela importante cidade, relata que 60 por cento dos seus estudantes trabalham meio expediente, em sua maioria na Secretaria de Agricultura.

o padrão europeu de organização e administração tem nas Escolas de Agronomia sérias limitações. Particularmente infeliz são as diferenças em prestígio, estabilidade e remuneração existente entre a posição do catedrático em todo campo especial e dos seus assistentes (de 1 a 3), cujas oportunidades profissionais são extremamente limitadas, estando na dependência da morte ou aposentadoria do catedrático, até mesmo quando têm de arcar com mor parte ou todo o peso do ensino. Assim como em outras Escolas, o fenômeno de catedráticos que trabalham em meio expediente ou estão ausentes de todo é muito difundido em tôdas as Escolas de Agronomia, estaduais ou federais. Os efeitos de tal costume têm sido danosos nas Escolas de Agronomia (tais como Pôrto Alegre ou do Quilômetro 47)(6) nas quais oportunidades para empregos outros são fãcilmente encontrãveis. Em Escolas mais isoladas como Viçosa e Piracicaba, a mistura dos salários baixos e da rápida inflação monetãria resultou em dificuldades financeiras extremas para as famílias dos professôres, cujo emprêgo universitàrio lhes é a única fonte de renda. Êste problema tornou-se ainda mais agudo em Viçosa, pois que o Estado de Minas Gerais lhes fornece mesquinha ajuda financeira. (Ainda assim, o fato de prevalecerem em Viçosa os professôres em regime de tempo integral, serviu para criar ali o espírito de verdadeira Universidade, que é difícil de sentir na maioria das Faculdades Brasileiras, sem excluir as de Agronomia).

(6) A Escola Nacional de Agronomia (número de matrícula neste período 250) faz parte da Universidade Rural situada no quilômetro 47 da Estrada Rio-São Paulo, cêrca de 80 quilômetros da cidade do Rio de Janeiro (de aqui por diante denominada "Quilômetro 47"). Esta Universidade, criada a princípio para "servir de modelo nacional" a outras Escolas de Agronomia e Veterinãria, perdeu últimamente a pretensão de servir de modelo em um país tão vasto e tão diverso como o Brasil.

Outras consequências dos salários baixos têm sido a prática quase universal de recrutamento de professôres entre os ex-alunos das Escolas, uma tendência crescente para se ter um único candidato às cadeiras vacantes, uma atmosfera geral de estagnação intelectual. Os chefes administrativos — Diretores — das Escolas de Agronomia são indicados ao Ministro ou Governador de Estado, para exercerem o cargo durante três anos, escolhidos, porém, de uma lista triplíce organizada pela Congregação, corpo governamental formado pelos catedráticos. Desde que o Diretor deve ser um membro da dita Faculdade torna-se impossível trazer para a Escola um educador de fora, especialmente qualificado. Além disso, o rodízio para a ocupação dêste cargo tende a ser pronunciado. Devido ao fato de que a maioria dos Diretores considera suas responsabilidades administrativas mais como onerosas e transitórias, poucos são os que conseguem criar para a instituição considerada como um todo aquêle sentido de continuidade e unidade de vistas.

Felizmente, o impasse criado pelos problemas inter-relacionados de salários baixos, professôres a meio expediente, desinterêsse para com a pesquisa, está sendo quebrado pelo legislativo, com o estabelecimento de bases salariais mais adequadas para os catedráticos, quer nas Escolas estaduais quer federais. A Assembléia Estadual de São Paulo abriu o caminho há vários anos ao estabelecer salários-base cêrca de duas vêzes mais altos que os de nível federal e (o que é

ainda mais relevante) oferecendo um abono de 100 por cento aos catedráticos em regime de tempo integral. Em 1960,(7) os legislativos dos governos federal e de Minas Gerais adotaram uma providência semelhante. Como resultado, o conceito de professor em regime de tempo integral recebeu, ao menos, uma sanção oficial e um auxílio financeiro, verdadeiro marco miliário no progresso da educação superior no Brasil. Com o correr do tempo, tal medida poderá atrair talentos superiores, encorajar instrução de melhor quilate e estimular a pesquisa universitária, de que tanto se necessita. Entrementes, porém, os abonos recentes para tempos integrais servem mais os objetivos da "justiça social" do que encorajam a pesquisa. Aquêles que inicialmente adquirem o estado de tempo integral raramente têm as aptidões e o interesse indispensáveis para usarem com fruto o tempo que lhes sobra no ensino. Conquanto número substancial (senão a maioria) dos melhores professores das melhores Escolas de Agronomia conseguiram períodos de treino de pós-graduação no estrangeiro, de modo especial nos Estados Unidos, apenas raramente lá fica-

ram tempo suficiente para adquirirem hábitos de pesquisas efetivas ou motivação para se manterem ao corrente dos desenvolvimentos tecnológicos do seu próprio setor, ainda que apenas com finalidades de ensino.(8) A não ser que a inflação contínua consiga destruir em pouco os novos níveis salariais (visto ser ela de 30 a 40 por cento anuais), ainda assim a educação superior no Brasil tem diante de si futuro muito mais brilhante do que o faria supor tempos há pouco passados, e isto também no campo da Agronomia.

Nas Escolas de Agronomia Brasileiras, além do curso regular de graduação, os cursos de pós-graduação estão num estado mui rudimentar. Apenas Piracicaba, Quilômetro 47 e Viçosa fizeram um passo neste sentido. Até o presente Piracicaba outorgou 59 doutorados em Agronomia (nenhum dos quais em Economia Rural). Este doutorado requer a redação de uma tese, mas nenhum outro curso adicional, afóra o de graduação, é exigido. Na melhor das hipóteses não é êle mais do que o equivalente de um grau de Mestre (Master Degree) americano, sendo usado primeiramente como parte do processo para se

(7) Com a legislação federal de julho de 1960, o Congresso Nacional Brasileiro aumentou o salário base de um catedrático, em tôda Escola Federal (v.g. Pôrto Alegre, Quilômetro 47) de Cr\$ 22.500,00 para Cr\$ 40.000,00 (U.S.A. \$216) mensais, e mais um abono de 75% sobre o salário base para tempo integral, com abonos adicionais de 25% sobre o salário base para cada 10 anos de serviços. Assim, um professor com 10 anos de trabalho pode perceber cerca de Cr\$ 80.000,00 (U.S.A. \$432) mensais, trabalhando a tempo integral. Esta nova legislação torna a escala federal aproximadamente a mesma que em São Paulo. O Estado de Minas Gerais, mesmo depois de aumentos substanciais, continua consideravelmente atrás — com um salário base mensal de Cr\$ 30.500,00, mais 50% por tempo integral e 10% para cada cinco anos de serviço. Embora Viçosa forneça também casa de graça e eletricidade, tudo no valor de cerca de Cr\$ 10.000,00, um professor com 10 anos de serviço continua a perceber ainda tão somente Cr\$ 51.850,00 (U.S.A. \$280) mensais. Ora, como a escola federal equivalente é de Cr\$ 80.000,00 compreende-se porque em Viçosa tanto se luta pela federalização. (É de se notar também que todos os vencimentos provenientes do ensino são por lei constitucional isentos de imposto de renda e a aposentadoria é possível, e com salário integral, depois de apenas 25 anos de serviço).

(8) Em minha opinião, o padrão predominante no Brasil, de 6 a 12 meses de experiência no estrangeiro, cuja maior parte é gasta em viagem e não em estudos, tem sido via de regra de todo inadequado.

avançar na hierarquia da Escola. Desde 1939, o Quilômetro 47 tem mantido um Curso de Aperfeiçoamento de 18 meses, que tinha como finalidade o treinamento de pós-graduação, sobretudo para agrônomos pertencentes ao serviço público. Estes funcionários públicos eram obrigados a fazer tal curso pelo Ministério, o qual não só lhes pagava tôdas as despesas como também seus salários integrais por todo o tempo em que estavam afastados. Embora várias centenas de funcionários do govêrno tenham feito dito curso em várias especialidades rurais, contudo sua importância declinou rapidamente em os últimos anos. Um administrador do Quilômetro 47 caracterizou o Curso de Aperfeiçoamento como um "coquetel" de matérias do curso de graduação, apontando-nos ao mesmo tempo o problema generalizado que é atrair estudantes rurais para cursos de pós-graduação — seja porque os empregadores não exigem tal treinamento seja devido à falta de bôlsas que facilitem aos estudantes graduados preferir tais cursos a empregos regulares.

Atualmente, Viçosa prepara-se de maneira cautelosa para iniciar estudos de pós-graduação, graças ao contrato existente entre o Ponto IV e a Universidade de Purdue, e administrado conjuntamente pelo Escritório Técnico de Agricultura (ETA) Brasil-Estados Unidos. Devido à tal contrato, conhecido como ETA-55 e que começa agora seu terceiro ano de um período de seis, há permanentemente nove especialistas americanos lá residindo (cada um dos quais possui um colega brasileiro que lhe serve de par). Sem contar as especialistas em Ciências Domésticas (3), há especialistas americanos em Solos, Economia Rural, Nutrição Animal, Engenha-

ria Rural, Horticultura e Silvicultura; e especialistas adicionais em Agronomia, Forragem, Tecnologia Alimentar, Sociologia Rural estão sendo esperados. Viçosa começou seu avanço para cursos de pós-graduação nos princípios de 1960 com cursos intensivos de verão de 4 semanas, em vários âmbitos especiais da agricultura. Por meio de bôlsas e outras assistências financeiras do ETA, êstes cursos rápidos foram frequentados por muita gente de várias partes do Brasil. Como próxima etapa, em Agôsto de 1960 Viçosa iniciou um curso de um semestre (que dava um certificado) em Economia Rural, Solos, Nutrição Animal, Engenharia Rural e Horticultura. Espera-se que, uma vez obtidos os fundos necessários do ETA e de outras fontes para bôlsas, poder-se-á lançar logo mais cursos de um ano sôbre outros campos especiais.

Afora êstes programas acadêmicos, o treinamento de pós-graduação dos agrônomos brasileiros tem-se limitado quase que exclusivamente a cursos intensivos mui curtos em vários centros de treinamento, diretamente orientados ao melhoramento do pessoal dos Serviços de Extensão. Embora tais cursos deixem muito a desejar, estão, entretanto, despertando considerável interêsse para com a Economia Rural e a Sociologia Rural e ajudam também a dar nova orientação às idéias de outros Técnicos em Agricultura, fazendo-os buscar objetivos mais práticos.

Instituições de Pesquisa Agrícola

Como já observei acima, as atividades de várias Escolas de Agronomia, quase que inteiramente se concentram sôbre a instrução de não graduados. A pesquisa limita-se,

na maioria dos casos, à redação de teses, como parte do processo de conquista de uma posição de **livre docente** ou **catedrático**. Inúmeras vezes a carreira de pesquisador do professor começa e termina com tais teses. Visto que a atmosfera não é, via de regra, propícia à pesquisa contínua e produtiva, tão somente de maneira ocasional tem um membro de uma Escola ambição pessoal suficiente e aptidões de pesquisador que o façam conquistar este ambiente desfavorável. O número crescente de membros de Escolas, dotados de treinamento de pós-graduação no exterior, o fato de ter o Brasil reconhecido ultimamente o estado de tempo integral nas Escolas, e os meios de comunicação e transporte melhorando com rapidez, tudo isso oferece as melhores esperanças para o futuro. Enquanto isto, porém, as atividades oficiais de pesquisa agrícola (quando existem) estão bem separadas das Escolas de Agronomia, administrativamente e intelectualmente, e até mesmo materialmente (fisicamente). Em geral, a pesquisa agrícola acha-se vinculada ao Ministério da Agricultura ou a uma Secretaria Estadual de Agricultura. Tal separação espanta intelectualmente, pois divorcia não só o ensino da pesquisa como também a teoria de sua aplicação prática. E é outrossim monetariamente danosa; o equipamento e aparelhamento material das Escolas de Agronomia utilizados apenas parcialmente (na ausência de programas ativos de pesquisa) tornam extremamente elevado o investimento de capital por estudante(9) e as instituições públicas de pesquisa (afastadas dos controles fiscais e qualitativos dos padrões

acadêmicos) são presa fácil dos excessos burocráticos e instrumento da construção de impérios políticos.

Durante o tempo de que dispunha, pude visitar apenas uma amostra destas instituições governamentais de pesquisa agrícola em três importantes Estados agrícolas — Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo. Cada um desses Estados tem de 13 a 17 estações experimentais, administradas por uma ou mais divisões, ou institutos, das respectivas Secretarias de Agricultura. São estas estações experimentais, via de regra, disseminadas através de cada Estado, de modo a dar, não só boa cobertura geográfica, mas também a permitir considerável especialização da pesquisa em culturas peculiares ou classes de produção animal. Todavia, tal descentralização em grande parte tem sido excessiva, reduzindo as unidades de pesquisa individuais a níveis abaixo do ponto ótimo, quer em termos de custos financeiros, quer debaixo do aspecto de intercâmbio intelectual.

Exceção feita para o Estado de São Paulo, em que as estações experimentais são administradas através do notável Instituto Agrônomico de Campinas, grupos relativamente grandes de agrônomos nas capitais dos Estados não bastam para integrar e coordenar de modo adequado a seleção, a metodologia e as descobertas dos projetos de pesquisa, através das afastadas estações experimentais. Em primeiro lugar, gastam tempo demais em executar programas nacionais de ação em Agricultura. Em segundo lugar, devido ao fato de serem os salários estaduais dos agrônomos muito baixos (Cr\$ 20.000,00 mensais

(9) Problema parcialmente solucionado por aquelas Escolas Agrícolas (como por exemplo Quilômetro 47 e Viçosa) que têm Escolas Médias Agrotécnicas filiadas, cujo ensino é ministrado em grande escala pelos professores assistentes da Escola Superior.

no Rio Grande do Sul) têm eles em geral uma segunda e terceira ocupação de ensino, venda de adubos, ou de outros bens de produção, ou às vezes possuem e administram uma fazenda. Em terceiro, vezes sem conta a pesquisa não é orientada à solução dos problemas, ou quando o é, a metodologia deixa muito a desejar. Em quarto lugar, até mesmo descobertas importantes da pesquisa deixam de ser postas à disposição de um público mais vasto, ou não encontram o caminho de uma aplicação prática, devido à falta de um boletim ou devido ao caráter demasiado misto destes. Enfim, o padrão predominante de dividir a Agricultura em compartimentos estanques tende a dar demasiada ênfase às culturas, com detrimento da produção animal, embora se negligenciem áreas tão importantes como são as intermediárias de pastos, forragem e nutrição animal.

A êsse respeito, na maioria dos casos, São Paulo representa uma exceção importante. Tão somente lá pode-se encontrar um sistema bem elaborado e financiado de instituições devotadas à pesquisa agrícola, todas elas debaixo do controle da Secretaria da Agricultura.⁽¹⁰⁾ Entre elas encontram-se o Instituto Agronômico, os Institutos de Biologia, de Geografia e Geologia, o Departamento de Produção Vegetal (pesquisa de Economia Rural), o Departamento de Produção Animal (pesquisas em Zootecnia, Raças e Nutrição). O espaço só permitirá leve discussão a respeito do Insti-

tuto Agronômico de Campinas. Este Instituto, indubitavelmente o melhor de toda a América Latina, tem mantido uma já longa e ilustre tradição de pesquisas de alto quilate, desde sua fundação em 1888. As quatro principais divisões de pesquisa do Instituto Agronômico são: agronomia, solos, biologia e estações experimentais. Completamente mantido pelo Estado, êle emprega 120 agrônomos e 10 outros especialistas, quase todos graduados pela Escola de Piracicaba e um terço dos quais fizeram ao menos um ano de estudos de pós-graduação no estrangeiro. O salário inicial para um agrônomo é de Cr\$... 26.000,00 (salário máximo de Cr\$ 34.000,00) mensais, porém, se trabalharem no Instituto em regime de tempo integral (e 90 dos 130 o fazem) êstes salários são dobrados.

Conquanto tenha eu sentido um pouco de enfraquecimento da liderança e da orientação dada aos problemas, desde minha última visita a Campinas em 1947, minha impressão geral continua muito favorável. Os Administradores do Instituto reconhecem claramente a separação do Ensino, da Pesquisa e da Extensão no Estado de S. Paulo. Olham eles com benevolência a decisão recente de transferir o Serviço de Extensão da cidade de São Paulo para Campinas, e esperam aumentar os pontos de união com Piracicaba, atualmente apenas a uma hora de distância pela estrada pavimentada. Atualmente, nenhum membro do Instituto ensina em Piracicaba, a qual é autônoma visto

(10) Um americano provavelmente considerará a burocracia governamental deste Estado relativamente rico, mais afim a unidades nacionais que estaduais. Com efeito, o orçamento estadual de São Paulo é ligeiramente inferior ao orçamento do Brasil, se se omitir deste o setor militar. O Estado de São Paulo chega até a subsidiar sua própria rede aérea comercial (VASP).

pertencer à Universidade de São Paulo.(11) Entretanto, há uma tendência nova que se expressa pelo fato de substituir catedráticos que se aposentam, dotados que são de pouco interesse pela pesquisa, por professores mais eficientes, mais inclinados à pesquisa e alguns dos quais já tiveram previamente oportunidade de trabalhar no Instituto.

Enfim, mencionemos brevemente uma instituição privada de importância na pesquisa agrícola, o IBEC Instituto de Pesquisa (IRI). Esta corporação, sem intenções lucrativas, que breve completará um decênio de pesquisa agrícola no Estado de São Paulo, tem sido abundantemente financiada por Nelson Rockefeller e seus irmãos. Os quartéis gerais do IRI situam-se na imensa fazenda privada de Cambuhy, em Matão, onde possui terra suficiente para abrigar seu corpo de trabalho, seus laboratórios e ao mesmo tempo dirigir seus experimentos extensivos de campo. Outros grandes latifundiários de modo similar fornecem terra em outros recantos de São Paulo e Estados vizinhos para experimentos de campo e pasto. A pesquisa principal atualmente em curso encerra estudos das deficiências de adubos em diferentes espécies de culturas, da adubação natural e artificial dos cafezais, da simplificação do trabalho de colheita do café, da ampliação da

capacidade dos pastos e da introdução e seleção de forragens e leguminosas estrangeiras capazes de se adaptarem às condições brasileiras. Tem-se dado atenção especial para encontrar meios, a fim de melhorar os pastos dos solos de campos cercados(12) que, a despeito de prevalecerem no país, têm sido alvo de pouca atenção. IRI foi de importância instrumental ao se promover com êxito a criação de um Centro Estadual de Nutrição Animal, em meados de 1960, no Departamento de Produção Animal da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo. O IRI procura agora substituir em parte o realce que dava à pesquisa, pelo cuidado no treinamento para a pesquisa, de modo especial no Centro de Nutrição Animal.

Minha impressão geral a respeito da pesquisa do IRI foi deveras favorável e os especialistas brasileiros disseram-me também que consideram as pesquisas do IRI dignas de encômio e de boa qualidade. De modo especial, achei encorajadora sua maneira americana de começar com problemas importantes de ordem prática, como base de seleção dos objetivos de pesquisa. Além do mais, a competição que tal organização particular de pesquisa vai provocar, pode ter um efeito salutar nos pesquisadores governa-

(11) Em Minas Gerais, a pesquisa agrícola é em grande parte do domínio do Instituto Agrônômico, muito menos avançado porém, e que faz parte da Secretaria de Agricultura, situada em Belo Horizonte. Neste Estado, muitos e importantes administradores rurais encarecem a desejabilidade de fundir os sistemas de pesquisa do Instituto e da Escola de Viçosa. Narram eles que os pesquisadores de ambas as instituições favorecem a fusão, mas sérias dificuldades políticas se opõem quando se tenta convencer a Assembléia do Estado a tomar tal decisão. Um dos administradores em Viçosa acha que a Escola de modo especial lucraria muito em adquirir as 13 fazendas dirigidas pelo Estado através de seu Instituto. Isto com efeito será uma realidade, quando Viçosa conseguir escapar, por meio de uma rodovia pavimentada em projeto, do seu isolamento material achando-se ela à distância de cerca de 4 horas de Jeep da mais próxima estrada pavimentada. A pesquisa em Viçosa atualmente limita-se apertadamente às condições naturais das suas vizinhanças imediatas, em vez de proporcionar algo como uma cobertura estadual.

(12) Este tipo pobre de solo, coberto de capoeira, cobre cerca de 40% das terras de São Paulo e talvez 50% a 70% da superfície do Brasil, incluindo vastas áreas em redor da nova capital federal, Brasília. Daí sua importância potencial no desenvolvimento da Agricultura no Brasil, num interior tão apoucadamente colonizado.

mentais que (embora frequentemente de alta competência) tendem mui facilmente à afetação, à complacência, ao isolamento intelectual e a interesses esdrúxulos na pesquisa.

Serviços de Extensão Rural

Serviços de Extensão Rural desenvolveram-se no Brasil especialmente no último decênio. Já de 1927 a 1930, quer a Secretaria de Agricultura do Estado de S. Paulo, quer o Ministério da Agricultura, fundaram os assim chamados **fomentos**, cujo objetivo era dar assistência técnica aos agricultores e pecuaristas, sob a forma de sementes, adubos, plantas, serviços mecânicos, e por fim um número limitado de escritórios regionais e locais, dotados de agrônomos e veterinários. A Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul possui organização semelhante, ao passo que em Minas Gerais há uma corporação público-privada Companhia Agrícola de Minas Gerais (CAMIG), que fornece certas utilidades e serviços técnicos a preço de custo. Faltou-me oportunidade de apreciar êstes tipos particulares de organização, mas outros mos descreveram como sendo de valia apenas para os grandes fazendeiros, dando atenção apenas a certos aspectos técnicos da terra e das culturas, em vez de procurar melhorar o bem-estar sócio-econômico das famílias rurais, não sendo, pois, um Serviço de Extensão. Embora certas Escolas de Agricultura (v.g., Viçosa e o Quilômetro 47) tivessem, por certo tempo, Serviços de Extensão, ao menos no papel, seus esforços se limitaram no máximo a operações piloto nas circunvizinhanças da Escola.

Já em 1943, o Fomento de São Paulo tentou constituir, como seu objetivo, a criação de um genuíno

sistema de agentes regionais, mas apenas nos últimos anos fez progressos substanciais para tal meta. Portanto, a maior parte do crédito em prol do recente desenvolvimento dos Serviços de Extensão Rural no Brasil deve ser pôsto à conta do impulso dado pela assistência em termos financeiros e da promoção que deu a Associação Americana Internacional (AIA), fundada por Nelson Rockefeller e seus irmãos, logo depois do fim da Segunda Guerra Mundial. A organização inicial, a ACAR, no Estado de Minas Gerais, celebrou em 1959 seu décimo aniversário. Ao fazê-lo, teve ela a satisfação de ter servido como modelo para sete organizações similares, que servem a onze outros Estados, todos êles agora filiados a uma organização nacional no Rio (ABCAR).

A ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural) começou suas atividades em 1.º de janeiro de 1949, logo depois de um convênio firmado entre o Estado de Minas Gerais e a AIA. Com base neste convênio, as despesas com as operações seriam divididas igualmente entre o governo estadual e a AIA, durante os três primeiros anos. A partir de então o Estado concordaria, se o programa se revelasse satisfatório, em assumir gradualmente o peso financeiro e assim liberar a AIA, que iria aplicar seus fundos em outro lugar. A AIA enviou vários especialistas com experiência nos Serviços Americanos de Extensão e Administração Doméstica Rural, os quais treinaram técnicos brasileiros e adaptaram os métodos americanos às condições brasileiras. Apesar das dificuldades iniciais, a idéia da ACAR vingou e a organização difundiu-se rapidamente, aumentando de pronto as contribuições do governo estadual e de ou-

tras organizações brasileiras, que forneciam fundos adicionais e técnicos. De acordo com o padrão geral pré-estabelecido, cada escritório local é dotado de um supervisor rural (em geral um agrônomo formado) uma supervisora doméstica (uma senhora que se especializou em Economia Doméstica), uma secretária e um Jeep.

Nos seus albores, a ACAR, antes de tudo, dava ênfase às atividades de grupo das famílias rurais, mas cada vez mais dá importância às atividades de grupo em que maiores números de famílias rurais podem ser atingidas. Por intermédio da organização de clubes para homens e mulheres, através dos Clubes 4-S para a juventude rural, por meio do desenvolvimento da liderança leiga local, enfim, servindo-se de um ativo programa de informação de massa, a ACAR tem-se esforçado em melhorar as técnicas agropastoris, a administração familiar, a saúde e a higiene, assim como os níveis de vida rural. Com estas técnicas de extensão, a ACAR combinou também o crédito supervisionado, através do qual a assistência técnica, uma vez admitida, pode ser financiada pelo próprio agricultor. De acordo com este esquema de crédito, um agricultor faz um pedido formal no escritório local da ACAR, para conseguir ajuda financeira e técnica; seu pedido é submetido a um conselho local de proeminentes cidadãos do lugar e, se for aprovado, volta ao agrônomo local da ACAR e para a especialista em Economia Doméstica, os quais vão elaborar com o fazendeiro e sua esposa um plano formal para a fazenda e para o lar; o plano é então apresentado quer à Caixa Econômica (estadual) ou ao Banco do Brasil, que fornecerão os empréstimos com juros moderados

à família rural; e por fim a família recebe supervisão e assistência do pessoal local da ACAR.

Atualmente, a ACAR tem 9 escritórios regionais e 61 locais, que servem a 91 dentre os 485 municípios do Estado de Minas Gerais. Ela avalia a área coberta em 14% e a população atendida em 28% no Estado, empregando cerca de 300 funcionários (228 no campo), dos quais 67 agrônomos graduados, 4 veterinários e 25 agrotécnicos (graduados de Escola Média). Cerca de 65.000 famílias rurais estão sendo atingidas através de contatos individuais ou coletivos. A ACAR atualmente tem 1.321 contratos de créditos supervisionados, lado a lado com um valor total de cerca de Cr\$ 41.305.000,00 sendo a importância média do empréstimo de mais ou menos Cr\$ 31.300,00 (U. S. A. \$170). Do total de empréstimos, cerca de 60% têm sido dados como acréscimos ao capital fixo (rebanhos, equipamentos, etc.) cerca de 27% para estimular o capital agrícola (sementes, fertilizantes, etc.), e 13% para melhoramentos da casa. O registro de pagamento de prestações tem sido excelente, sendo as faltas de pagamento devidas à falência de apenas 0,3%.

Os escritórios centrais da ACAR acham-se atualmente em Belo Horizonte, os quais cooperam estreitamente com o Serviço de Extensão da Universidade Rural de Viçosa. A amplitude de tal cooperação foi acentuada não pouco no ano passado, quando a Universidade Rural decidiu colocar o pessoal e os recursos financeiros e técnicos de seu Serviço de Extensão debaixo da supervisão da ACAR. Quer a Universidade, quer a ACAR gostariam de ver as duas organizações fusionadas por lei — sentimento fortemente ampliado devido ao fato de

terem sido o atual Diretor de Extensão e o novo Reitor de Viçosa antigos alunos da ACAR, sendo que o último foi até pouco tempo seu Diretor Executivo. Mesmo assim, a ACAR tem enfrentado alguns difíceis problemas políticos. Elementos da antiga Diretoria da Universidade Rural, pouco simpatizantes com a organização, procuraram através de uma lei estadual criar um Serviço de Extensão na Secretaria da Agricultura. A despeito desse esforço divisionista as relações de trabalho entre a ACAR e a Universidade Rural são excelentes, o que permite às atividades extensionistas um íntimo contacto com os programas do ensino e pesquisas de Viçosa.

Embora alguns ruralistas de Minas Gerais afirmem que o fomento estadual e a CAMIG, não constituam uma séria duplicação de serviços da ACAR, é óbvio que aquela acentuou o problema que enfrenta a ACAR para recrutar e conservar o pessoal treinado. A ACAR tem tido bastante sucesso de modo que ao menos uns 15 outros municípios estão pedindo no momento escritórios locais. Ela gostaria de assumir tais compromissos mas tem medo de não encontrar o pessoal necessário. Com salários modestos e um movimento considerável, a ACAR precisa de 30 (trinta) a mais agrônomos cada ano. Visto que a CAMIG emprega cerca de 50 agrônomos, que nela enfrentam regras menos severas quanto a empregos adicionais, o problema de pessoal da ACAR é de fato muito sério.⁽¹³⁾

Críticos benévols da ACAR acham que, embora seu programa de crédito tenha sido um suple-

mento absolutamente essencial ao ensino da extensão, no entanto, ela tem dado demasiada ênfase à empresa agrícola particular. Em vista das dificuldades que se encontram no estabelecimento de escritórios locais da ACAR, em cerca de 80% dos municípios, que ainda carecem de tais serviços, acham eles que se dando maior impulso ao desenvolvimento da liderança local e de organizações de comunidade auto suficientes, se haveria de acelerar grandemente a difusão da influência da ACAR. Como suas irmãs dos Estados vizinhos, a ACAR poderia beneficiar-se mais enviando mais gente do escritório central aos Estados Unidos para lá adquirirem um treinamento especial. Entretanto, os extensionistas americanos trouxeram uma contribuição bem útil e, ao se viajar através do Brasil, fica-se impressionado pelo grau em que a própria ACAR proporcionou experiência, a julgamos pelo número de seus alunos que fazem parte dos escritórios centrais das organizações-irmãs mais jovens e de tipo semelhante. No todo, parece estar a ACAR fazendo um trabalho muito bom, quer no seu próprio campo, quer como modelo para outras organizações estaduais. No seu modo de proceder, ela se aproximou mais do estado de uma organização lididamente brasileira do que estrangeira. Está também em vias de aperfeiçoar um padrão de organização (através de seus contactos crescentes com a Escola de Agricultura de Viçosa) por meio do qual o Ensino, a Pesquisa e a Extensão Agrícolas poderão enfim tornar-se um esquadro único e efetivo de trabalho, muito melhor que

(13) A ACAR exige de todos os seus empregados regime de tempo integral, proibindo-lhes sequer possuir uma fazenda. Seus salários mensais são: agrônomos (inicial) Cr\$ 24.000,00; graduadas em ciências domésticas (inicial) Cr\$ 15.000,00; agrotécnicos (inicial) Cr\$ 17.000,00; agentes distritais (4 anos de experiência) Cr\$ 29.500,00; especialistas no escritório central (4-5 anos de experiência) Cr\$ 33.500,00.

qualquer outro programa do Brasil.

A respeito de outras organizações "CAR", só falarei e brevemente da do Rio Grande do Sul (ASCAR). Sob uma liderança muito hábil, começou a ASCAR suas operações de fato em 1956, no tempo em que a Secretaria de Agricultura dispunha de apenas 5 agrônomos municipais. Atualmente a ASCAR conta com 25 escritórios locais (com um supervisor regional para cada 4 ou 5 escritórios) e servindo 28 dos 150 municípios do Estado. A área coberta é de cerca de 17% e a população cerca de 28% é servida. O corpo de trabalho da ASCAR inclui 40 agrônomos (5 dos quais com treino nos Estados Unidos) e 40 especialistas em Economia Doméstica (também com 5 parcialmente formadas nos Estados Unidos). Ainda mais, tem 3 técnicos americanos (um em Economia Doméstica e dois em Métodos de Extensão) fornecidos pelo ETA e dois especialistas alemães (em produção leiteira e batatas) proporcionados pela República Ocidental da Alemanha. Embora outros 52 municípios tenham pedido escritórios locais da ASCAR, a escassez de fundos e de pessoal torna difícil a expansão. Atualmente ela dispõe de cerca de Cr\$ 10.000.000,00 para créditos supervisionados (até Cr\$ 50.000,00 por fazenda, com juros de 8% ao ano, se comparado com os juros normais de 12% em prazo de 90 dias) segundo o padrão da ACAR. A ASCAR, porém, está dando menos importância ao crédito rural, seja porque ache ser o programa de crédito da ACAR muito custoso, limitando indevidamente o número de fazendeiros que podem ser atingidos com dado pessoal, seja porque os agricultores gaúchos estejam em melhor situação financeira que os mineiros.

Até o presente momento — por causa da maior dispersão de responsabilidades de Ensino, Pesquisa e Extensão no Rio Grande do Sul que em Minas Gerais — o trabalho coordenador da ASCAR tem sido muito mais difícil. Em geral, porém, a ASCAR aparentemente teve êxito em congregar muitas e diversas instituições num esforço comum, que está produzindo razoavelmente bem nas circunstâncias ambientais. Com efeito, ao focalizar as unidades familiares e comunitárias, em vez de dar atenção aos diferentes aspectos técnicos do problema, pode a ASCAR estar trazendo uma de suas contribuições mais relevantes. No decorrer do tempo, pode chegar até a eliminar gradualmente os inúteis esforços duplos a respeito do mesmo problema, como a ACAR o fez já em certo grau. Atualmente, porém, parece evidente que o Estado tem dado à ASCAR uma ajuda financeira mesquinha, que cobre apenas cerca de 10% do seu orçamento atual (O Estado de Minas Gerais já cobre cerca de 60% do orçamento da ACAR) e provavelmente correspondendo tão só a 5% dos fundos orçamentários estaduais destinados essencialmente a atividades de Extensão Agrícola.

Sómente o Estado de S. Paulo desenvolveu um Serviço de Extensão Rural quase que inteiramente dependente de seus próprios recursos estimulado ao menos em parte pelo exemplo da ACAR. O Serviço de Extensão de São Paulo acha-se na Divisão de Fomento Agrícola da Secretaria de Agricultura.

A partir de 1943, o Fomento dirigiu seus esforços em prol da criação de um sistema de agentes municipais. O objetivo atual em 389 Casas da Lavoura (escritórios locais de extensão rural) é servir São

Paulo em cerca de 500 municípios, com uma superestrutura de 45 agentes distritais e 16 chefes de extensão. Atualmente, 300 escritórios locais de extensão estão sendo construídos sob a direção do Plano de Ação, sobejamente financiado, do governo Carvalho Pinto. Embora o plano careça de uns 100 agrônomos, a meta é um agrônomo, um funcionário e um empregado em cada Casa, adicionando-se mais tarde, à medida do possível, uma especialista em Economia Doméstica e um agrotécnico. O diretor do Fomento desde 1958 tem sido Mario Homem de Mello, um economista rural que estudou na Califórnia e um dos mais hábeis administradores rurais do Brasil.

Em 1958, uma nova Divisão (anteriormente pertencente ao Fomento) de Assistência Técnica Especializada foi criada e transferida para Campinas (como será também o Fomento mais tarde) em 1959. A nova Divisão — constituída de 15 seções de produtos e uma de assistência à família rural — representa uma de todo formidável nova estrutura administrativa que tenciona ser um elemento de ligação entre as descobertas da pesquisa do Instituto Agronômico e os agentes regionais. Publicará ela boletins populares, preparará demonstração em bloco e em outras palavras tentará trazer o conhecimento experimental para o campo. Servirá ela como condutor ou óbice ao progresso, é o que se há de ver. Num sentido, porém, já está realizando um trabalho de valor através de seu Centro de Treinamento de Extensão em Campinas, graças e em grande parte à efetiva e enérgica liderança que mobilizou os quadros impressionantes de pessoal especializado para que seguissem cursos de treinamento intensivo. Isto não obs-

tante, como único Estado no Brasil a proporcionar aos seus Serviços de Extensão Rural, recursos mais do que adequados, tem São Paulo a percorrer longa rota antes de poder utilizar eficientemente todos esses recursos. Um observador assim figurou a situação de S. Paulo: "Em nenhum outro lugar no mundo que possua uma população rural comparável, podem-se encontrar ao mesmo tempo 1.200 agrônomos e tão más práticas agrícolas". Embora querendo tão só criticar a ausência na cultura brasileira da noção de "eficiência", há dúvida que os especialistas rurais de São Paulo já se achem muito acima do nível geral de cultura, aceitando a eficiência como objetivo principal.

Ao concluir esta seção, gostaria de relevar a importância dos nascentes Serviços de Extensão Rural do Brasil, como força crítica a trabalhar contra os padrões atuais e o nível seja do ensino agrícola seja dos programas de pesquisa no Brasil. A mor parte dos trabalhadores da extensão queixa-se privadamente da falta que sentem de especialistas em pesquisa que lhes proporcionem o conhecimento científico que seu serviço precisa "extender"; difundir. Sentem eles que a pesquisa rural atualmente existente não está suficientemente orientada na direção dos problemas; que é ela demasiado limitada às condições da vizinhança dos centros de pesquisa que existem em vez de se estender a todo o Estado; que ela descuida das demais áreas tão importantes como o melhoramento dos pastos, a nutrição animal, a administração rural e a sociologia rural; e que muita pesquisa útil não é posta à disposição dos que a querem pôr em prática, devido à dificuldade na sua publicação. Criticam eles as Escolas de

Agricultura por sua falta de conhecimentos práticos e negligência na pesquisa aplicada; por seu elevado número de graduados sem interesses rurais; e pelo estado de estagnação em que se encontra a Economia e a Sociologia Rural. Conquanto tais críticas da parte dos trabalhadores da extensão sejam inevitáveis ainda sob as melhores condições, nas condições brasilei-

ras, porém, são elas mui bem fundadas. Porisso, à medida que sempre mais se substancia a introdução geral de um curso em Métodos de Extensão no currículo das Escolas de Agricultura, os funcionários da extensão fazem gradualmente e cada vez mais pesar a sua influência. E à medida que o fazem, quem mais se beneficia é o campo da Economia Rural.

II. A SITUAÇÃO DA ECONOMIA RURAL

Agora que os leitores americanos podem apreciar mais completamente as condições gerais dentro dos quais a Economia Rural deve operar, cabe-me voltar também ao meu objetivo precípuo. Nesta seção vou considerar um por um os aspectos seguintes da Economia Rural: ensino de graduação, ensino de pós-graduação, pesquisa e extensão.

Ensino ou Treinamento de Graduação

Dentre as doze Escolas de Agronomia do Brasil, procurei apreciar (dando ênfase especial ao campo da Economia Rural) as quatro melhores. As de Piracicaba e Viçosa são em geral consideradas como as mais bem desenvolvidas do Brasil e quiçá de toda a América Latina. A Escola de Agronomia do Quilômetro 47, embora um tanto amorfa, representa uma tentativa do governo federal para criar um modelo para as outras Escolas de Agronomia do País. A quarta escola, em Pôrto Alegre, é, não raro, considerada como de muito futuro. Visto que tais Escolas se acham situadas em Estados relativamente ricos e industrializados, pode-se esperar tenham feito os maiores progressos no Ensino, na Pesquisa e nos Serviços de Extensão, quer técnicos quer sócio-econômicos.

A Economia Rural está quase que totalmente negligenciada no currículo de graduação da Escola de Agronomia de Pôrto Alegre. O catedrático de Economia Rural, Prof. Dario Brossard, tem estado ausente por cêrca de um decênio, enquanto servindo à FAO, em Roma. Toda a responsabilidade do ensino recaiu então sôbre um único assistente, Jorge Guimarães de Oliveira, a quem ninguém prestou auxílio. Oliveira também leciona física em uma Escola Técnica local. O único curso legal de Economia Rural, que procura cobrir Economia Política, Economia e Direito Rural, Contabilidade Rural e alguns conceitos grosseiros de Estatística em um ano só, consiste de 3 horas de aula teórica por semana e 4 de aula prática (viagens ao campo, exercícios de laboratório e demonstrações). A Escola de Pôrto Alegre planeja juntar um curso de Sociologia Rural após a volta de um outro professor, Fernando Oliveira, da Universidade de Wisconsin.

Embora com êste vácuo na Escola de Agronomia, tem a Universidade do Rio Grande do Sul, porém, uma oportunidade única de lançar os fundamentos de uma nova organização acadêmica, se souber aproveitar da oportunidade. Devido ao fato de a Economia Rural atravessar dois campos importan-

tes, sofreu de modo drástico e pouco comum por causa da quase absoluta separação, quer material quer intelectual, existente entre as Escolas de Agronomia e Ciências Econômicas. Resultou disso não haver no nível das Escolas qualquer cruzamento intelectual frutífero, ao mesmo tempo que os estudantes em formação têm achado quase que impossível combinar as duas áreas, nas proporções altamente diferentes que lhes ditam seus próprios interesses e aptidões. Mesmo dentro dos limites dos currículos oficiais, tão separados e independentes, da Agronomia e da Economia, a Universidade do Rio Grande do Sul tem ao menos a vantagem pouco comum de ter tôdas as suas Escolas próximas umas das outras. E ajuntando-se a isto o fato de que a Escola de Ciências Econômicas não é apenas uma das melhores do Brasil, mas outrossim, sob a liderança de valor do Diretor Pery Diniz, é a menos ligada às tradições e a que mais corajosamente faz experiências no domínio da Economia em todo o Brasil. Divergindo da maioria das Faculdades de Economia, não descurou ela da Agricultura, tanto que lhe consagra um semestre no curso básico de dois anos, com um curso sobre Valor e Formação de Preços com respeito aos Mercados e Preços de Produtos Agrícolas.(14)

Espera o Diretor Diniz que a sua Faculdade — operando talvez parcialmente através de um Instituto independente e atingindo tôda a Universidade — poderá lecionar assuntos como Economia, Contabilidade, Estatística e Sociologia nos currículos oficiais das outras Escolas, não sômente incluindo a Escola de Agronomia, mas também as de

Engenharia, Filosofia, Medicina e Direito também. Tal desenvolvimento revolucionário no Brasil sem dúvida alguma há de enfrentar enormes barreiras políticas, considerando-se as barreiras historicamente impenetráveis que separaram as várias Faculdades. Apesar disto, a administração geral da Universidade é-lhes simpática; a COSUPI, uma agência federal independente, que dispõe de fundos relativamente vastos para doações que melhorem o ensino universitário e um diretor capaz e decidido, Ernesto de Oliveira Junior, têm tal consolidação do ensino inter-universitário como objetivo principal. Certamente, o ensino de formação, no campo da Economia Rural, não há senão de lucrar com êsse matrimônio.

No Quilômetro 47, a Economia Rural é algo mais bem mantido do que em Pôrto Alegre, mas continua fraca sem ostentar as oportunidades extras de melhoramento que possui a do Rio Grande do Sul. O catedrático de Economia Rural é Rômolo Cavina que, com dois assistentes, ensina no curso oficial de quatro anos. Das 12 horas mensais que durante o ano se outorga ao curso, 3 horas são dedicadas à Economia Geral e Legislação Rural respectivamente, 2 à Economia Rural, 2 à Contabilidade Rural e 2 à Estatística. O professor Cavina passa os três primeiros dias de cada semana no Quilômetro 47 e os outros dois dias na Escola de Veterinária de Niterói (do outro lado da Baía da Guanabara, no Rio) onde, na qualidade de catedrático desta Faculdade dá, com dois outros assistentes, um curso mais curto sobre Economia Rural, Métodos

(14) O jovem e capaz assistente para êste curso é o professor Edgar Irio Simm, graduado pela Faculdade de Ciências Econômicas de Pôrto Alegre e detentor de um M.S. em Economia Rural da Universidade de Wisconsin.

de Extensão e Agronomia Aplicada. Como muitos outros membros da Faculdade que têm mais de um emprego, Cavina mora no Rio, a cerca de 50 milhas de distância.⁽¹⁵⁾ No campo correlato da Sociologia Rural, apesar de um período inicial muito frutuoso, quando o Professor Kolb de Wisconsin lecionou no Quilômetro 47, nada resta de significativo.

A Escola Superior de Agricultura de Piracicaba, levando em consideração o conjunto, é provavelmente a melhor Escola de Agricultura do Brasil. Infelizmente, o campo da Economia Rural ainda não conseguiu galgar a posição que se poderia desejar numa instituição tão relevante. Em Piracicaba a Economia Rural acha-se sob a direção de um único catedrático Prof. Érico da Rocha Nobre. A instrução de formação reduz-se ao mínimo exigido de um único curso, com 3 horas de teoria para uns 70 estudantes, dadas pelo Professor Nobre e uma aula prática (aplicada) de duas horas, ministrada a grupos de 20 a 25 alunos por seus três assistentes: Professor Nobre (que passou um ano no Estado de Iowa) e dois de seus assistentes tiveram um período de treinamento de pós-graduação no exterior. Quando a Congregação da Escola aprovou recentemente o novo currículo de cinco anos, confiou à cátedra do Professor Nobre a responsabilidade do curso de Métodos de Extensão, matéria em que dois de seus assistentes estão se especializando agora. Toda-

via, apesar de ter o Professor Nobre exercido o cargo de Diretor no período de 1954 a 1957, não conseguiu obter a aprovação da Escola a respeito da inclusão da Economia Rural como um quinto campo especial de estudo suplementar, para os dois últimos anos.

Reflete este fato o problema com que depara o âmbito da Economia Rural nas Escolas de Agricultura do Brasil, cuja orientação técnica faz da Economia Rural o interesse de uma minoria distinta, interesse este pouco familiar e algo suspeito. Nestas circunstâncias, torna-se extremamente árduo obter para a Economia Rural uma posição e um estado de respeito da Universidade em geral. Infelizmente, separada da importante Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de São Paulo por 100 milhas de distância, a Economia Rural de Piracicaba padece também da necessidade de se dar realce aos campos teóricos e abstratos, devido à negligência séria em aplicar aqueles importantes princípios a problemas de ordem prática. A mesma separação física entre o Ensino e a Pesquisa — a melhor pesquisa em Economia Rural no Brasil acha-se na Divisão de Economia Rural da Secretaria de Agricultura da cidade de São Paulo — isolou demasiadamente o ensino da Economia Rural de Piracicaba do estímulo de um programa ativo de pesquisa acadêmica, como já gozam a maioria dos campos técnicos da agricultura, já em

(15) O professor Cavina é também diretor do chamado Instituto de Economia Rural do Quilômetro 47. Apesar de seu nome, este Instituto constitui o lugar de reunião para todas as pesquisas naqueles campos que ainda não têm seu Instituto de pesquisa próprio e independente (como Zootecnia, Culturas, Biologia Animal e Meteorologia) do Quilômetro 47. Com as novas determinações salariais do governo para professores em regime de tempo integral, o Instituto será utilizado para dar a qualificação de tempo integral a muitos dos professores da Escola que não estavam nesse regime e que constituem 40% do corpo docente. Mas como Cavina percebe duas bases salariais de Cr\$ 40.000,00 por mês, sua base dupla atual supera a de Cr\$ 40.000,00 acrescida de 75% que poderia perceber se se tornasse professor a tempo integral, no Quilômetro 47 ou em Niterói.

Piracicaba, já em Campinas (a 43 milhas de distância). Dependendo pois da solução de problemas tão difíceis, poucas esperanças há de que Piracicaba assuma a liderança nacional da Economia Rural, como já o conseguiu em muitos outros ângulos especiais da agricultura.

Se compararmos com Piracicaba, Viçosa tem sido muito mais prejudicada pelo isolamento físico; a isso se lhe acresce sua baixa escala de salários e sua Escola, no conjunto menos afamada, o que lhe dá muito maior desvantagem ainda. Não obstante, é em Viçosa que o ensino da Economia Rural e das matérias correlatas alcançou o estado mais satisfatório em todo o Brasil. Tão somente em Viçosa podem-se encontrar três catedráticos (mas poucos assistentes) em Economia e em Sociologia: Prof. Edson Potsch Magalhães (Economia Rural Geral) Professor Erly Brandão (Administração Rural) e Professor Edgard de Vasconcelos (Sociologia Rural), todos detentores de títulos de Master em Universidades norte-americanas. A esses se acresce um catedrático em Estatística, Professor Fábio Ribeiro Gomes (Ph. D. Purdue). Juntos, este grupo de quatro catedráticos constitui, indubitavelmente, a mais robusta Escola de Economia Rural no Brasil. Não só detêm todos eles (à semelhança de cerca de 85% dos professores de Viçosa) títulos avançados obtidos em Escolas Americanas, como também a diversidade de seus estudos de pós-graduação é um sinal favorável no Brasil, onde a maior parte das Escolas se caracteriza por uma consangüinidade intelectual e por regras de classe, que não re-

conhecem senão uma rota inflexível para o estado profissional.⁽¹⁶⁾ Todo aluno do curso de Agronomia em Viçosa tem de receber durante dois semestres 4 horas semanais em Estatística, (Prof. Fábio Ribeiro Gomes), 4 horas semanais em Contabilidade e Administração Rural (Professor Brandão), 1 hora por semana em Sociologia Rural (Prof. Vasconcelos), 3 horas semanais em Economia Rural (Prof. Magalhães) o que perfaz um total de 12 horas semanais, durante dois semestres. De acôrdo com os padrões americanos esse total de 12 horas-semanais dista muito do mínimo exigido para uma especialização no curso de graduação mas é muito mais do que se pode encontrar em qualquer outra Escola de Agricultura no Brasil. Ao mesmo tempo o fato perde parte do seu significado quando se considera que devido ao número enorme de cursos que são exigidos na Escola, o estudante em Viçosa deve completar 220 horas-semester de trabalhos escolares, quase o dôbro do nível normal de Universidades americanas. Como resultado fica-se muito na dependência de aulas formais e deixa-se pouco ou nenhum tempo para leituras adicionais. Por outro lado, esta Escola encontrou uma combinação de teoria e aplicação mais feliz do que a que especifica o ensino da maioria dos professores brasileiros de Economia Rural, embora a debilidade do programa de pesquisa de Viçosa impeça a realização de uma combinação perfeita, entre os princípios e os problemas que formam o objetivo do ensino.

Viçosa não cogitou ainda da elaboração da natureza e do conteúdo do seu próprio currículo de forma-

(16) Os agrônomo brasileiros não estão tão unidos como os economistas, cujo sindicato já pediu do governo federal uma lei que exigisse de todas as firmas que superassem um determinado tamanho a contratação de um Economista. O título inicial do Professor Vasconcelos era da Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro.

ção de 5 anos a ser adotado. Todavia, o Professor Magalhães goza de uma posição de respeito geral e influência em sua Escola, como possui também invulgar capacidade de organização. Por isso, será sem dúvida capaz (com o auxílio do Prof. Brandão e Prof. Vasconcelos) de obter que a Economia Rural seja uma das especialidades a serem aceitas durante os quarto e quinto anos, uma vez que seja pôsto em ação o novo currículo. Entremettes, a Escola de Viçosa está a fazer ao menos um grande esforço para concretizar um programa efetivo de pós-graduação e de pesquisa no campo da Economia Rural. Levando tudo em conta, o treinamento do curso de Agronomia, no campo de Economia Rural em Viçosa conquanto distante de um programa ideal é provavelmente o mais promissor do Brasil.

Para resumir esta seção, parece claro que o agrônomo no Brasil é um "clínico geral" mais do que um especialista. O conceito americano de "matéria principal" está quase que ausente do currículo de formação. Até mesmo o recente currículo de 5 anos (supondo que a Economia Rural ganhe um lugar entre os eleitos) marcará tão somente um pequeno avanço em direção da especialização do curso de formação, em algumas partes do vasto conjunto da ciência rural. Mesmo quando um título de especialização no currículo de formação em Economia Rural se tornar possível, tal campo (diversamente de outras especialidades rurais) não conseguiu ainda galgar um lugar de destaque na pesquisa e na extensão oficializada no Brasil. Consequentemente, a escassez de oportunidades profissionais para os economistas rurais não levou a encorajar o progresso deste campo nas Escolas de

Agricultura. É mistér porém não esquecer que o desenvolvimento inicial da Economia Rural nos Estados Unidos teve de enfrentar também um impasse semelhante, há cinquenta anos, até que homens como Warren, Hibbard, Taylor e Black forneceram a inteligência, a personalidade e a liderança necessárias para criar, tanto o respeito quanto a procura de especialistas naquele campo novo e pouco familiar.

Até o presente, os professores de Economia Rural têm raramente encontrado a combinação ideal de teoria e aplicação prática de que se necessita para se demonstrar efetiva e frutuosamente o valor e a importância de seu próprio campo de estudos. Têm sido demasiado práticos, ao serem apenas agrônomos gerais com uns leves toques da disciplina e do sentido econômico, que se exige para se poder "diferenciar o que produzem — por exemplo, demonstrando que a Administração Rural é muito mais do que mera acumulação e aplicação de princípios de Engenharia e Agronomia. Ou têm sido demasiado teóricos, no sentido pejorativo de não terem compreendido inteiramente os princípios econômicos que procuram transmitir, ou de não terem tido a capacidade de mostrar na prática que a teoria é um instrumento indispensável para a análise e a aplicação práticas. Enquanto permanecer a Economia Rural do Brasil no meio das duas sedes da Agronomia e da Economia, sem procurar construir uma ponte mais satisfatória entre elas do que o fez até agora, êsses problemas permanecerão. Todavia, de modos os mais diversos, a Universidade do Rio Grande do Sul e a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais estão provando que êste hiato pode vir a ser eliminado com sucesso. No despertar de tal

desenvolvimento, o porvir da Economia Rural no Brasil não está longe de ser estabelecido e assegurado definitivamente.

Ensino de Pós-Graduação

A idéia de se iniciar um curso de pós-graduação em Economia Rural até hoje recebe pouca consideração no Brasil. Os primeiros esforços neste sentido feitos no Curso de Aperfeiçoamento do Quilômetro 47 agonizam atualmente, com apenas um único aluno interessado na Economia Rural. Em Piracicaba, nem sequer um dos 59 doutorados conferidos em Agronomia versou sobre Economia Rural, nem há algum em perspectiva que o faça. Na Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo, o Prof. Dorival Teixeira com seus assistentes e Antônio Delfim Neto têm considerável interesse nos problemas econômicos da Agricultura, mas não elaboraram nenhum curso de pós-graduação (regular ou especial) a respeito dela. Como consequência, o ensino mais efetivo de pós-graduação feito até à data está fora da esfera da instituição acadêmica. Refiro-me ao programa de treinamento em serviço da Divisão de Economia Rural, da Secretaria de Agricultura de São Paulo. Todavia, certos progressos recentes a respeito de cursos de pós-graduação devem ser mencionados aqui, embora brevemente.

O desenvolvimento mais importante é o de Viçosa, que acabou de inaugurar um curso de pós-graduação em Economia Rural. Esse interesse novo começou nos princípios de 1960 com um curto curso intensivo de 4 semanas sobre Comercialização dos Produtos Agropecuários,

seguido por 29 estudantes de todo o Brasil, com o auxílio de bolsas oferecidas pelo programa Purdue — Ponto IV (ETA-55). O ensino foi ministrado por economistas rurais brasileiros, quer locais, quer de fora, e por um economista rural americano lá residente, Dr. Lynn S. Robertson. Conquanto fôssem os dois grupos de professores e alunos altamente desiguais em qualidade, a experiência indubitavelmente trouxe uma contribuição muito útil, em estimulando o interesse em prô de uma matéria importante, apesar de negligenciada.

Em junho de 1960, um Instituto de Economia Rural foi criado por convênio entre o Ministério da Educação e a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, por intermédio dos bons ofícios e da ajuda financeira da COSUPI.(17) O novo Instituto, tendo como Diretor o Prof. Edson Potsch Magalhães, tem como objetivo tríplice a promoção do Ensino, da Pesquisa e da Extensão da Economia Rural. Em agosto, Viçosa iniciou um curso de um semestre para pós-graduados sobre Economia Rural oferecendo, no final, um certificado). Cinco estudantes já formados, mantidos por bolsas do ETA-55, eram os candidatos para o Curso, que procura cobrir Administração Rural, Economia Rural Geral, Comercialização, Crédito Rural, Estatística e Metodologia de Pesquisa. Nos albores do novo ano escolar, em março de 1961, os fundos monetários da COSUPI hão de ser usados para financiar um grupo de 10 estudantes graduados, originários principalmente do Nordeste, que irão fazer o curso de pós-graduação, curso

(17) A verba inicial da COSUPI foi de Cr\$ 11.000.000,00 (USA \$60.000) e esperava-se que a nova verba para o segundo ano fôsse de Cr\$ 20.000.000,00. Da verba inicial Cr\$ 3.000.000,00 foram destinados ao fortalecimento de disciplinas básicas, como Matemática e Estatística e o Professor Magalhães sugeriu dividir o saldo de Cr\$ 8.000.000,00 entre a contratação de pessoal apto para pesquisa e a provisão de equipamento permanente como Jeeps e habitação para os estudantes e pessoal.

êste que se irá tornar de um ano inteiro, caso a COSUPI como se espera outorgue outros fundos. Espera-se que êste curso atraia outros estudantes formados não só em Escolas de Agronomia, mas também em outras Faculdades (Economia, Engenharia, Direito).

Outro progresso importante para o Brasil é a criação recente (com a ajuda da Fundação Rockefeller) de um novo Centro de Especialização em Economia Rural em Santiago do Chile. Êste novo curso de pós-graduação tenciona oferecer um treinamento em Economia Rural(18) para estudantes selecionados na Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. É organizado pelo escritório da região sul (Montevideu) do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas da Organização dos Estados Americanos (OEA). Os estudantes graduados são financiados por 16 bôlsas, cada uma das quais abarcando um período de 18 meses. Durante os 4 primeiros meses os 16 economistas rurais se juntam a outros tantos especialistas em três outras especialidades agrícolas, para fazerem um curso básico de quatro meses (cobrindo Métodos Científicos, História da Ciência, Métodos Estatísticos, Geografia Econômica, Redação Técnica e uso de biblioteca) na Faculdade de Agronomia da Universidade de Buenos Aires. Eles irão então para seu próprio centro em Santiago, que lhes oferecerá um curso de 14 meses em Economia Rural, por intermédio dos esforços conjugados da Divisão de Estudos Graduados da Faculdade de Economia e da Faculdade de Agronomia, ambas pertencentes à

Universidades do Chile; da Faculdade de Agronomia da Universidade Católica e da CEPAL.

Das Faculdades de Economia brasileiras, tão só a da Universidade do Rio Grande do Sul deu um passo na direção do progresso dos cursos de pós-graduação em Economia Rural, primeiramente porque dois de seus jovens e brilhantes membros têm um interêsse vivo pela agricultura e reconhecem que é êsse, no Brasil, um campo virgem, em produzir instrumentos que facilitem a análise econômica. Durante o ano escolar de 1959, um assistente (Irio Simm) deu um curso de extensão de pós-graduação em Análises de Preços de Produtos Agrícolas, que foi tão bem recebido que êle e um outro colega, Ary Burger,(19) reuniram seus esforços para elaborarem em conjunto um curso sôbre Economia Rural para 1960. O novo curso abarca Mercados Agrícolas, Preços e Política de Preços, Análises de Oferta e Procura, e as interrelações entre desenvolvimento econômico agrícola e geral. O curso que perfaz 72 horas noturnas, num período de 9 semanas atraiu 33 estudantes, dentre os quais 12 são agrônomos formados, e 15 economistas divididos em proporções iguais entre serviço público e privado. Êste curso, indubitavelmente de boa qualidade, representa um progresso alentador, considerando-se como se negligencia seriamente a agricultura em outras Faculdades de Economia do Brasil.

Êste levantamento sucinto patenteia que o Brasil fêz apenas os mais dêbeis esforços no sentido de desenvolver o ensino de pós-gradua-

(18) E três outros campos: Melhoramento Genético, Patologia Vegetal e Forragens, o primeiro a ser ministrado num Centro de Especialização, na Argentina; os dois últimos em outros Centros, no Brasil.

(19) Burger é um livre docente de Flutuações Econômicas (sua tese versou sôbre "Flutuações na Economia do Arroz") que desde pouco tempo tem lecionado no curso geral de Economia Política, quando o catedrático da cadeira foi eleito Deputado Federal.

ção em Economia Rural. Embora seja cedo para aquilatar o impacto que vai causar o novo programa regional de Santiago, certo é que o Brasil não poderá satisfazer às suas necessidades neste campo, apenas com os estudos de pós-graduação no Chile, nos Estados Unidos ou alhures. Pelo contrário, deve procurar desenvolver o quanto possível dois programas de pós-graduação de alto nível — um em Microeconomia Rural (v.g. Administração Rural e Economia de Produção) e outro em Macroeconomia Rural (Preços Agrícolas e Políticas de Desenvolvimento). O primeiro poderá localizar-se com proveito em Viçosa; o segundo, melhor se situaria como parte de um programa de pós-graduação em Economia, igualmente necessário, tendo a Agricultura como campo precípua de estudo, localizando-se melhor no Rio de Janeiro ou São Paulo. Todavia, antes de esboçar algumas sugestões a respeito de treinamento de pós-graduação, olhemos antes mais de perto a matéria correlata da pesquisa em Economia Rural.

Pesquisa

Mais ainda que em outros campos da agricultura, os economistas rurais das Escolas de Agronomia negligenciaram quase que por completo a pesquisa. Mui frequentemente as teses exigidas para se atingir o nível de *livre docente* e *catedrático* representam também o derradeiro esforço naquele sentido. Tais teses são raramente de qualidade que satisfaça os padrões americanos. Exceção feita para as teses e artigos ocasionais de vulgarização popular, os economistas rurais das Escolas do Brasil publicam raramente algo. Pode-se em parte atribuir tal fato à carência de oportu-

nidade, quer devido aos problemas de transporte e comunicação, quer devido à ausência de boletins periódicos de pesquisa. No entanto, a primeira desculpa para fugir da pesquisa está mui rapidamente perdendo sua plausibilidade, com o rápido melhorar dos sistemas rodoviários e a facilidade de se obterem veículos motorizados. A segunda desculpa, embora de algum peso, não convence de todo. O fato é que a limitada produção de pesquisa das Faculdades via de regra fica enterrada na miscelânea de um único órgão oficial da instituição; mas, inúmeras vezes ainda pior destino lhes é reservado. O fato básico é que os economistas rurais das Faculdades de Agronomia sofrem pouca pressão institucional em publicar e comumente carecem da motivação, das aptidões ou do treinamento de que depende a produtividade da pesquisa.

Em nenhuma das quatro Escolas por mim visitadas, encontrei alguma coisa que contrabalançasse de modo significativo a impressão desfavorável que tive para com o estado da pesquisa acadêmica no campo da Economia Rural. Diversamente de outras Escolas, a de Viçosa, porém parece agora ativamente empenhada em melhorar esta situação. O Professor Magalhães tem por ambição fazer da pesquisa uma das maiores concretizações do novo Instituto de Economia Rural. No próximo ano espera êle ajuntar ao pessoal oito agrônomos recém-graduados, com o fito de fazer progredir a pesquisa no campo da administração rural, cooperativismo, crédito e seguro rural, economia geral, estatística, previsão de culturas, transportes, mercados e preços, uso da terra, sociologia rural e antropologia aplicada. Creio eu ser isto um tanto ambi-

cioso e otimista, seja pela extensão das especialidades de pesquisas que poderão ser desenvolvidas efetivamente, seja pelo fato de se dever dar ao novo pessoal o treinamento (ou no próprio serviço, ou no estrangeiro) necessário para transformá-lo em uma equipe de trabalho efetiva. Por outro lado, seu prestígio local, sua habilidade de organização, e o respeito para com o modelo das Universidades Americanas são tais que é de esperar possa realizar ao menos uma modesta parte dos seus objetivos presentes, desenvolvendo a pesquisa em Economia Rural.

Outra organização de pesquisa, já bem estabelecida e que dá esperanças de ajudar muito o progresso da pesquisa em Economia Rural é a Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Esta Fundação, que data de 1949, logrou boa reputação em todo o Brasil, devido à qualidade de sua pesquisa empírica e, embora nos começos dependesse de ajuda financeira do governo federal, já estabeleceu uma forte tradição de independência. Seu Instituto Brasileiro de Economia tem deixado fortes marcas no campo da Renda Nacional, Preços, e Estatística da Produção, possuindo ainda uma revista mensal excelente e de grande influência, a **Conjuntura Econômica**. Com uma ajuda financeira mais adequada e com o fortalecimento de seu pessoal administrativo e de pesquisa, esta organização poder-se-ia tornar um centro de pesquisa econômica do mais elevado quilate. Infelizmente, até agora, a Fundação Getúlio Vargas não manteve nenhum programa de pesquisas na Economia da Agricultura. Com maior exatidão, atualmente está empenhada em um levantamento especial dos gastos agrícolas, financiado por uma doação da Fun-

dação Rockefeller. A Fundação Getúlio Vargas tomou a frente de tal projeto, não devido a um especial interesse para com a agricultura, senão porque reconhece ser este setor um dos mais fracos pontos de seu trabalho de contabilização da renda nacional. E mesmo nessa situação, desviou ela para a Divisão de Economia Rural de São Paulo, a parte principal do trabalho de planejar, testar e supervisionar a enumeração enfadonha de 3.000 questionários rurais. Se um dia esta organização receber dinheiro e pessoal suficiente para que se lhe permita alargar amplamente o alcance de seus objetivos de pesquisa, então dará ela consideração mais atenta ao fato de incluir no seu programa geral, um programa mais extenso e contínuo de pesquisa em Economia Rural.

Conquanto Viçosa e a Fundação Getúlio Vargas assegurem algumas esperanças no porvir, atualmente pode-se dizer, sem equívoco, que só há uma equipe de trabalho efetiva e bem estabelecida no campo da pesquisa em Economia Rural. Esta organização — a Divisão de Economia Rural da Secretaria de Agricultura de São Paulo — deve a maior parte de seu êxito ao seu hábil e enérgico diretor, Rui Miller Paiva. Durante os vinte últimos anos, às vezes com a assistência notável de Mario Homem de Mello, Paiva construiu, desde o alicerce, uma excelente organização de pesquisa, que supera quaisquer outras instituições do gênero no Brasil. Num país em que a Economia Rural ainda não logrou um lugar de realce como uma especialidade respeitada, Paiva conseguiu inegavelmente tal objetivo no seu próprio Estado. Formando-se em Piracicaba em 1934, e tendo passado vários anos em Campinas, pesquisando o me-

lhoramento de espécies de algodão, Paiva foi por fim enviado pelo Instituto Agrônômico para o A. & M. Texas, a fim de estudar ciências vegetais, mas êle se moveu para a Economia Rural, em cujo campo recebeu um título de M. S. Já no ano de 1940, torna-se chefe de uma pequena Subdivisão de Economia Rural.

Lá por 1947, quando pela vez primeira encontrei Paiva no Brasil, já tinha êle reunido um grupo de sete agrônomos, aos quais, por meio de curto mas intensivo programa de treinamento em serviço, estava transformando em economistas rurais, enquanto continuava sua própria ilustração através de auto-educação. Quando podia, encorajava os membros jovens de seu grupo (entre os quais também Homem de Mello) a estudarem no estrangeiro. Aos poucos, formou na sua Divisão a única biblioteca de valor em Economia Rural, que existe no Brasil. No decorrer do último decênio, conseguiu mais do que dobrar seu pessoal que ora consiste de sete chefes de seção (Política da Produção Agrícola, Organização de Empresas Agrícolas, Levantamentos Econômicos, Análise de Mercados e Preços, Comercialização, Previsão de Safras e Cadastro e Análise de Custos e Rendimentos Agrícolas) e doze jovens membros. Conseguiu evitar em grande parte a mudança de seus técnicos, graças à sua esplêndida liderança, (e quando a inflação começou a inutilizar os ajustamentos salariais internos) fazendo contratos de trabalho coletivo com o Instituto Brasileiro de Café, com a Fundação Getúlio Vargas, a CEPAL, etc., para complementar os níveis

salariais baixos. Este contrato de Pesquisa ajudou enormemente Paiva e seu grupo a superarem o interesse da maioria dos paulistas, caracteristicamente fechado sobre o Estado, dando-lhes maior conhecimento dos problemas do Brasil em sua totalidade. Paiva também lucrava, com suas viagens e estudos através do mundo, uma perspectiva cada vez mais vasta. Atualmente as escalas de salários na sua divisão são assás favoráveis, parcialmente devido à luta que manteve e venceu para provar que a pesquisa na Economia Rural era tão respeitável como a pesquisa em outras especialidades e porisso igualmente merecedora dos benefícios de um regime de tempo integral.(20)

Paiva escreve muito e bem, embora amiúdo suas descobertas fiquem soterradas em relatórios administrativos, dos quais se deveriam fazer condensações para periódicos especializados do estrangeiro. As publicações do grupo limitaram-se em grande escala ao ótimo periódico mensal da Divisão, **Agricultura em São Paulo**. Este periódico, após ter sido editado regularmente durante seis anos (1950-55) em forma mimeografada, foi suprimido durante os vários anos de severa parcimônia orçamentária do governo Jânio Quadros (atual Presidente). Em janeiro de 1960, porém, êle reapareceu em forma impressa muito atraente, mais uma vez dando à Divisão saída para seus índices mensais de estatística agrícola para o Estado de São Paulo, assim como relatórios da situação das mercadorias e curtos sumários dos resultados de pesquisa. Nenhum outro

(20) Todos os chefes de seção (e três outros do grupo de mais jovens) na sua Divisão trabalham em regime de tempo integral, tendo portanto o salário mensal de Cr\$ 36.000,00 dobrado, com uma porcentagem de 25% adicional sobre o salário base, por cada dez anos de serviço. O salário de Paiva como chefe de divisão é atualmente de Cr\$ 88.000,00 (duas vezes seu salário base), acrescentando-se agora mais 25 por cento como abono dos seus primeiros 10 anos de trabalho.

Estado com certeza, e nem mesmo o governo federal, pode medir forças com a qualidade ou o alcance dêste periódico no campo da agricultura. De fato, se compara favoravelmente com a contribuição que a Fundação Getúlio Vargas oferece em outros setores da Economia através de seu periódico, **Conjuntura Econômica**. Embora quase metade do tempo do pessoal seja gasto no manuseio das questões superficiais que vêm da Secretaria de Agricultura, Paiva (como Frederick V. Waugh no Departamento de Agricultura dos Estados Unidos) criou e conservou uma atmosfera quase que acadêmica, em um ambiente governamental mais favorável ao embotamento de todo pensamento e atividade intelectual.

Rui Miller Paiva merece por todos os títulos inclusão em qualquer lista dos vinte melhores economistas do país, de entre os quais se esperaria poder recrutar o pessoal para fundação de uma nova Faculdade, com a qual iniciar de pronto um curso pós-graduado e um programa de pesquisa mais extenso em Economia. Para um dêstes objetivos ou para ambos, deveria êle ser considerado o "primus inter pares" no campo da Economia Rural Geral. Dentro de dois anos, Paiva poderá aposentar-se com vencimentos integrais, com a idade de 50 anos. Estará êle ainda bastante jovem e vigoroso para realizar em pról do Ensino e da Pesquisa no campo da Economia Rural do Brasil inteiro, o que fêz na maior parte pelo seu estado natal São Paulo. Tal oportunidade não deveria ser desperdiçada de modo algum.

Podemos concluir que, a despeito da pobreza profunda da pesquisa em Economia Rural no Brasil hoje em dia, a Divisão de Economia Rural do Estado de São Paulo serve

como exemplo fulgurante do que pode ser feito neste sentido, assim como a Fundação Vargas no campo da Economia Geral. Embora ainda apenas em seus estágios de planejamento, o novo programa de pesquisa em Economia Rural de Viçosa poderia oferecer garantias para um moderado otimismo. Neste campo (assim como no ensino de pós-graduação) a maior necessidade do Brasil durante os próximos dez anos será dupla: Administração Rural e Economia Rural Geral. É de esperar que Viçosa possa tomar a frente no campo da Administração Rural, e dever-se-lhe-ia dar tôda a assistência possível para que possa fazer desta nova aventura um sucesso. É outrossim de esperar que a Fundação Getúlio Vargas (ou então a Faculdade de Economia da Universidade do Rio Grande do Sul ou São Paulo) possa satisfazer a segunda necessidade, dando finalmente à Agricultura seu devido lugar num programa extenso de pesquisa econômica, o que está sendo exigido por uma taxa ótima do desenvolvimento econômico no Brasil. E neste último caso Paiva seria o líder ideal para isso.

Extensão

Visto que a Economia Rural pode contribuir efetivamente para os serviços de Extensão, sômente depois de ter desenvolvido os recursos básicos do Ensino e da Pesquisa, podemos falar da Extensão em poucas palavras de conclusão. Todavia, a amplitude com que o Centro de Treinamento em Extensão de Campinas está utilizando o pessoal da Divisão de Economia Rural não deveria passar despercebido. Nem deveríamos menosprezar o crescente interêsse dos funcionários da ACAR, ASCAR e de outros recentes serviços brasileiros de extensão

em possuir, no pessoal de chefia, especialistas, quer em Economia Rural (especialmente administração rural) quer em Sociologia Rural; e para os agrônomos, que com elas trabalham nos escritórios locais, ao menos um certo conhecimento daquelas matérias. José Paulo Ribeiro, Diretor da ACAR, contava ter ultimamente em seu pessoal pelo menos três economistas rurais. No Rio Grande do Sul, a ASCAR preocupa-se tanto com a ausência de especialistas em Administração Rural que está atualmente financiando um estudo de cerca de 92 fazendas perto de Pelotas (local de uma Escola de Agronomia ligada a uma estação experimental federal) para poder encorajar tal pesquisa e obter dados atuais, em vista de um curso de treinamento de quatro semanas em Administração Rural e Doméstica, a ser ministrado ao seu próprio pessoal. Quicá mais importante ainda, a difusão da idéia de Extensão Agrícola está pela primei-

III. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Esta análise ampla deve demonstrar que a Economia Rural ainda se encontra no Brasil em um campo superficial, o qual não conseguiu solidificar ainda uma situação profissional independente. Até mesmo em seus aspectos mais práticos, de modo especial a Administração Rural, a Economia Rural não logrou ainda o respeito e o reconhecimento das Escolas de Agronomia, tecnicamente orientadas. Ao mesmo tempo, as melhores Faculdades de Economia e as mais eminentes organizações de pesquisa econômica têm, quase que na totalidade, negligenciado a Agricultura como campo especial em que se poderia utilizar com frutos os instrumentos

ra vez forçando o Brasil a olhar sua enorme população rural, como um aglomerado de seres humanos, esquecidos e de baixa renda. Como consequência disto, os problemas técnicos da Agricultura estão sofrendo um tratamento muito mais intenso, em vista de problemas sócio-econômicos de relevância que suscitam, os quais só poderão produzir uma maior atenção, privada e institucional para os campos da Economia e da Sociologia Rural do que até agora têm elas recebido no Brasil.

Uma vez que o desenvolvimento da Economia Rural no Brasil puder ser visto sob uma perspectiva histórica, poderá alguém ser forçado a concluir que, somente depois que a Extensão Agrícola atrair por fim o interesse social para com a classe rural é que a exigência de uma profissão como a Economia Rural se há de tornar tão irresistível que será impossível à República Brasileira ignorá-la.

da análise econômica. Assim é que a Economia Rural caiu no meio de dois campos, fortemente separados, em detrimento de seu progresso como campo específico de especialização.

A necessidade de Economistas Rurais

O estado retrógrado da Economia Rural no Brasil constitui uma barreira séria ao desenvolvimento econômico da nação. Tendo ainda cerca de 60% do seu povo que trabalhar na Agricultura, não pode o Brasil esperar realizar uma média ótima de progresso econômico, enquanto continuar a dedicar exclusivamente seus cuidados a setores

outros que não os agrícolas. A recente política desenvolvimentista do Brasil mostrou pouco interesse em aumentar a eficiência da sua agricultura comercial, que é o setor predominante, quando se trata de ganhar no intercâmbio estrangeiro; em trazer para dentro de economia dos mercados grande número de fazendeiros empobrecidos, ligados ainda a técnicas das mais primitivas e às práticas mais tradicionais; em levantar os níveis profundamente baixos de vida da maioria da população rural, quer se trate de humildes trabalhadores das grandes plantações comerciais, quer se trate de pequenos proprietários submarginais que cultivam suas pequenas propriedades. Para maior exatidão, o rápido crescimento dos Serviços de Extensão Agrícola e o estabelecimento de programas federais especiais, destinados a promover o desenvolvimento do Nordeste de renda baixíssima e na maior parte rural — e, quiçá a construção da capital no interior, ao menos indiretamente — são sinais favoráveis de um interesse crescente pelo soerguimento sério do setor agrícola.

Todavia, esses progressos mais favoráveis logo revelaram a pobreza dos recursos intelectuais assim como de um capital social superior, a serem dedicados em prol do ensino e da pesquisa em Economia Rural, como também nas outras ciências em geral. Além disso, a política federal ou estadual ao lidar diretamente com a Agricultura, tem sido formulada e administrada de

modo estritamente ocasional, carecendo dos benefícios de uma pesquisa sólida e dos conselhos de especialistas que conheçam bem a Economia Rural.(21) O Brasil enfrenta de fato uma necessidade urgente de economistas rurais em número substancial. Como porém satisfazer do modo mais apto tal necessidade?

Em minha opinião, só poderá fazê-lo com a criação e o desenvolvimento de dois centros de ensino de pós-graduação e de pesquisa na Economia Rural — um que concentre a Administração Rural e a Economia da Produção e o outro a Economia Rural Geral (incluindo também a maioria dos outros campos especiais). Embora considerável número de brasileiros continuem a estudar Economia Rural, quer nos Estados Unidos quer em Santiago do Chile ou alhures, a matéria não foi ainda institucionalizada de modo que os especialistas tenham boas oportunidades de emprego, quer como professores quer como pesquisadores, após voltarem ao Brasil. Ademais, os problemas sócio-econômicos dos 40 milhões de pessoas que vivem na zona rural precisam de contínuo e especializado cuidado, o qual só poderão oferecer instituições nativas de Ensino e Pesquisa localizadas no próprio país. Alguns leitores sentir-se-ão inclinados a rebater fortemente a minha conclusão de que deveria haver dois centros especializados em Ensino e Pesquisa ao invés de um só. Entretanto, considerando a estrutura institucio-

(21) Infelizmente, mesmo quando tais recursos especializados existem como em São Paulo, não quer dizer que sejam utilizados necessariamente. Por exemplo, no ano de 1960 procurava a Secretaria de Agricultura de São Paulo fazer passar no legislativo uma lei de reforma agrária que iria taxar o valor da terra, de acordo com o seu tamanho, em escalas de taxas médias que aumentavam rapidamente. Quaisquer que sejam os méritos de tal medida, a redação original da lei era tão frouxa que, se aprovada, iria ter efeitos deletérios sérios sobre a economia (maxime na economia estadual de produção animal) assim como haveria de envolver problemas sócio-econômicos mui difíceis de resolver, quer na aplicação da lei quer na administração. No entanto, não fui capaz de descobrir sequer um economista rural do Estado de São Paulo, cujo parecer técnico tenha sido pedido, a respeito desta tão importante medida agrária.

nal da educação superior no Brasil — particularmente a separação intelectual, administrativa e física existente entre as Escolas de Agronomia e Economia — não vejo outra alternativa, se se quiser satisfazer a necessidade de economistas rurais de tipo apropriado.

Como satisfazer a necessidade da Microeconomia Rural

A instituição do primeiro tipo deveria especializar-se em grande escala na Microeconomia Rural — isto é, na economia da pequena propriedade rural, na família rural e na comunidade rural local. Esse programa poderia ser feito com maior propriedade em uma Universidade Rural ou numa Escola de Agronomia porque: 1) sendo orientados para a prática, os especialistas em Administração Rural devem manter estreito e contínuo contato com as propriedades e comunidades rurais atualmente existentes, seja com o objetivo de estudo seja com o de pesquisa; 2) lidando dia a dia com especialidades agrícolas de ordem técnica, os especialistas em Administração Rural deverão trabalhar unidos aos cientistas das matérias bio-físicas (como exercer também sobre eles uma importante influência); 3) necessitando apenas de um limitado setor da teoria econômica (principalmente teorias da produção e da firma) o grupo de Administração Rural poderá compensar sua inevitável carência de recursos no campo da Economia Geral, procurando estudar bem e profundamente uma área limitada da teoria; e 4) considerando-se a enorme necessidade de completar o treinamento dos agrônomos e extensionistas, os especialistas em Administração Rural poderão constituir parte integrante de uma Escola de Agronomia.

Se tais carências da Microecono-

mia Rural devem ser resolvidas, o caminho mais promissor para tal parece ser a consolidação e o desenvolvimento do novo Instituto de Economia Rural em Viçosa. Não é sem algum risco que se propõe tal curso no momento. O programa do curso de pós-graduação em Economia Rural de Viçosa esboça apenas seus primeiros passos. A Escola tem de provar ainda sua produtividade sob o ponto de vista da pesquisa. Viçosa em especial acha-se isolada demais, quer para o ensino quer para a pesquisa. Nos próximos cinco anos, o Instituto precisará de recursos muito maiores para adquirir sua biblioteca altamente inadequada, quer em Economia quer em Sociologia, para financiar o treinamento no exterior do seu recém contratado pessoal, para adquirir o equipamento e o material que lhe permitirão expandir através de todo o Estado sua pesquisa, em vez de se limitar à localidade, para aumentar enfim seu pessoal americano de economistas rurais lá residentes. Mesmo no caso em que o Instituto consiga obter os muitos recursos de que carece, deverá resistir à sua tendência demasiado ambiciosa de querer cobrir todo o campo da Economia Rural, visto que suas facilidades no campo da Economia Rural Geral são relativamente fracas (e que provavelmente ainda assim há de permanecer).

Pelo contrário, acredito que o desenvolvimento mais frutuoso dos atuais e vindouros recursos de Viçosa exigiriam que se aconselhasse a Administração Rural e seus campos mais achegados (em que ela já está relativamente aparelhada) e nêles se erguer com esforço concentrado um programa de ensino pós-graduado de alto quilate, com a pesquisa relativa também desenvolvida. A maior procura atual de

economistas rurais no Brasil dimina da rápida expansão dos serviços de Extensão Agrícola e do Crédito Rural Supervisionado, para cada um dos quais especialistas em Administração Rural têm uma contribuição pouco comum a trazer. Aceitando esta área de especialização como meta específica e imediata, Viçosa poderia fazer excelente uso dos especialistas americanos em Administração Rural lá residentes e assim se concentrar num treinamento intensivo de seu pessoal mais jovem nestas matérias. Igualmente poderia conseguir mais facilmente resolver sua carência de equipamento próprio e biblioteca a partir de seus recursos escassos, simplesmente focalizando sua atenção e interesse neste setor menos vasto mas não menos importante.

É de esperar que o presente contrato do Ponto IV com Viçosa seja aumentado de modo a fornecer a parte principal dos recursos de que necessita para tornar possível tal desenvolvimento. Reconheço que os membros do Ponto IV possam opor-se a uma ulterior expansão na contribuição de fato já bem grande que dão a Viçosa. Se assim fôr, recomendaria que o contrato atual Purdue-Ponto IV (ETA-55), seja revisto, a fim de poder oferecer uma redistribuição dos fundos atuais em prol da Administração Rural e da Economia de Produção. O atual contrato tem tido êxito pouco comum. Sua falha principal é sua extensão com relação ao número de especialidades rurais que se acham representadas pelo pessoal americano lá residente. Tal método de abordagem supõe que Minas Gerais (e o Brasil) se encontram deficitários em todos os setores da Agricultura, quando de fato certos campos técnicos se encontram muito bem desenvolvidos. Porisso, acho

eu que se houvera de tirar maiores proveitos do grupo atual de assistência técnica americana em Viçosa, se os setores fôsem cuidadosamente selecionados, de acôrdo com sua maior necessidade relativa de melhoramento, concentrando-se então lá maior numero de pessoal americano naqueles setores (v. g. a Administração Rural) que mais carecem é de estímulo e de ajuda financeira.

Em qualquer dos casos, todavia, é de esperar que o Instituto de Economia Rural seja capaz de aumentar suas fontes de ajuda financeira, quer brasileiras quer americanas. Conquanto a Universidade de Purdue esteja realizando um trabalho eminente em Viçosa, a consequência natural do atual contrato do Ponto IV será uma predominância algo forte de uma única instituição americana, quer daqueles que vêm de Purdue quer dos que vão de Viçosa estudar no estrangeiro. Se o número de especialistas americanos em Administração Rural fôr aumentado, seria desejável trazer êstes outros especialistas de outras grandes Universidades dos Estados Unidos. Seria muito conveniente outrossim que a todos os que fôsem mandados para estudar no exterior se encorajasse permanecerem lá durante ao menos dois anos, em vez de seguirem o padrão vigente de 12 meses ou menos.

Resumindo minhas recomendações a respeito do modo de satisfazer às necessidades da Microeconomia Rural, julgo que o Instituto de Economia Rural e a Escola Superior de Agricultura de Viçosa oferecem as melhores perspectivas atualmente. Embora as limitações de Viçosa ainda sejam muitas, tem ela no entanto o espírito, a visão, a liderança exigidas para se estruturar e desenvol-

ver no Brasil um programa de Ensino e Pesquisa de pós-graduação da melhor qualidade, no campo da Administração Rural e da Economia da Produção. Se ela se mostrar disposta a concentrar seus esforços neste objetivo, ela fará jus a um auxílio financeiro mais substancial quer brasileiro quer americano, com menor probabilidade de risco.

Como satisfazer as necessidades da Macroeconomia Rural

A segunda forte necessidade no Brasil está em facilitar o desenvolvimento de um número limitado de economistas rurais gerais, que possam aliar vasta competência em Análise Econômica a alto nível de competência no setor técnico e institucional da Agricultura. Particularmente importantes, embora muito abandonadas, são as áreas de Mercados e Preços Agrícolas e da Política de Ação Pública, visto envolverem elas a Agricultura, quer direta (reforma agrária, preços mínimos, contrôle de preços, etc.) e indiretamente (política geral de desenvolvimento, contrôles monetários, etc.). Por estes motivos, as melhores Escolas de Economia do Brasil e as organizações de pesquisa precisam incluir a Agricultura nos seus currículos como um dos campos de seu interesse primordial.

Mesmo os cursos isolados de extensão dados a pós-graduados, como os que dá atualmente a Universidade do Rio Grande do Sul, têm valiosa contribuição a trazer. Quando a Faculdade de Economia daquela Universidade se decidir se o fizer — a dar um programa de pós-graduação completo, deveria fazer da Agricultura um dos campos de especial desenvolvimento. A Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo, ou a Escola de

Sociologia e Política da mesma cidade de São Paulo deveria, com proveito, seguir o exemplo da Universidade do Rio Grande do Sul. No âmbito da pesquisa, é de esperar que a Fundação Getúlio Vargas (ou também as Faculdades de Economia supramencionadas) veja ao menos a sabedoria de dar à Agricultura um lugar pleno e contínuo num programa de pesquisa econômica geral bem desenvolvido. Com relação a isto, deveria quiçá encarecer que o Ensino e a Pesquisa de pós-graduação em Macroeconomia Rural teria mais a lucrar se se localizasse num centro urbano de importância como o Rio ou São Paulo. Seu interesse precípua deveriam ser amplos estudos (nacionais e internacionais) de distribuição de recursos, estrutura de mercados, e política de ação pública, tudo dentro da Agricultura ou entre esta e outros setores da Economia. Porisso é que o desenvolvimento melhor da Economia Rural Geral exige a filiação deste curso, ou ao menos um acesso mais fácil a uma Escola de Economia importante, ao mesmo tempo que estreita associação com as fontes capitais de materiais estatísticos e instituições principais na elaboração da política oficial.

Infelizmente, não possui ainda o Brasil nenhum programa completo de pós-graduação em Economia Geral, ao qual se poderia filiar com acêrto o supramencionado programa de estudo em Economia Rural Geral. Bem que há, no entanto, no Brasil, uma premente necessidade de tal programa de pós-graduação. Devido ao fato de estarem os melhores economistas brasileiros numa avassaladora proporção no Rio de Janeiro, sômente lá se poderia arrebancar pessoal competente para formar uma Faculdade de tal calibre. Acrescente-se a isso

que a organização mais importante do Brasil no campo da pesquisa econômica lá se encontra, a Fundação Getúlio Vargas. Por tais razões, é de esperar que a Fundação Getúlio Vargas se mostre desejosa e capaz de tanto expandir substancialmente seu programa de pesquisa econômica atual, quanto de assumir a pesada responsabilidade de estruturar um bom programa de ensino pós-graduado. Quando isto fizer, se o fizer, a Economia Rural deverá tornar-se parte integrante dêste programa de Ensino e Pesquisa.(22) No entanto, se outra instituição no Rio ou alhures se tornar o instrumento principal para a satisfação de tal necessidade, por meio de um vasto programa de ensino pós-graduado e pesquisa de alto teor em Economia Geral, ainda recomendaria a incorporação da Economia Rural Geral em tal programa.

Enfim, se êstes programas vastos da Economia Geral falharem, — mas sòmente neste caso — creio se deveria instituir um programa especial de Ensino e Pesquisa de pós-graduação em Economia Rural Geral, baseado em seus próprios méritos. Neste caso, o programa de Macroeconomia deveria ser situado na cidade de São Paulo, possivelmente como um Instituto autônomo da Universidade de São Paulo; como parte da Escola de Sociologia e Política; como uma organização nova independente; ou organismo derivado de um contrato

com a Divisão de Economia Rural. (Inclino-me a favorecer estas quatro alternativas na ordem em que foram mencionadas). Sendo tal organização localizada em São Paulo, todavia, uma precaução seria indispensável. Sòmente no caso de esta organização se preocupar com a Agricultura em todo o Brasil, em vez de se concentrar primeiramente em São Paulo, é que ela poderia trazer a contribuição capital de que seria capaz.

Eu daria uma grande prioridade à criação de tal programa em Economia Rural Geral, quer ligado à Fundação Getúlio Vargas, quer a uma instituição de São Paulo. E se Rui Miller Paiva aceitasse o encargo de dirigi-la, então tenho plena confiança em que êste programa teria sucesso marcante.

Uma Palavra Final

Quem quer que faça uma estimativa da Economia Rural no Brasil, muito encontrará que criticar, mas muito também a admirar. De modo especial são dignos de encômio nossos colegas de profissão do Brasil que têm sido os pioneiros em lograrem um lugar ao sol para nossa ciência tão importante e negligenciada. De certo, enfrentaram êles dificuldades enormes que os economistas rurais americanos de hoje, mais favorecidos, podem difficilmente imaginar ou devidamente aquilatar.

Devido a tais esforços e à fortaleza em face da dificuldade, porém,

(22) Durante vários anos o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas tem proporcionado um ano de treinamento em pesquisa a dois bolsistas da Rockefeller, antes de um outro ano de estudo no estrangeiro. Com o novo contrato com o Ponto IV, concordei em dar também um ano de pesquisa prática e de instrução pós-graduada a 10 ou 15 estudantes brasileiros, dos quais 4 ou 5 seriam escolhidos por ano como bolsistas do Ponto IV, o que lhes permite estudar Economia durante um segundo ano nos Estados Unidos,

os economistas rurais brasileiros, hoje em dia, estão no limiar de um brilhante novo dia. Os economistas rurais americanos, individual e coletivamente, deveriam dispendir qualquer esforço para oferecer aos seus colegas brasileiros u'a mão

cordial que lhes permitisse realizar seu fulgurante porvir. É minha sincera esperança que esta apreciação traga ao menos uma contribuição modesta a êste venturoso fim. "Finalmente, amanhã deve fazer-se hoje!"

A SITUAÇÃO DO CAFÉ E A GARANTIA DOS PREÇOS NO MERCADO INTERNO*

Eng. Agr. Ruy Miller Paiva
Eng. Agr. Rubens Araujo Dias

Não é mais possível apresentar, a exemplo do que se fazia nos anos anteriores, um balanço da situação estatística do café, com a precisão desejada. O Instituto Brasileiro do Café não tem mais publicado com regularidade os dados estatísticos necessários a um pleno

conhecimento da situação, inclusive as compras e vendas do Governo nos mercados interno e externo, que constituem hoje assunto altamente sigiloso.

Com base em dados anteriormente divulgados e tomando-se números referentes às produções e exportações de anos

QUADRO I
Situação Estatística do Café no Brasil
Em milhões de sacas de 60 quilos

I T E N S	1957/58	1958/59	1959/60	1960/61 (2)
1 — Estoque inicial	7,4	14,1	24,1	44,2
2 — Produção registrada	21,2	27,1	43,8	28,5
A) Disponibilidade	28,6	41,2	67,9	72,7
1 — Exportação Exterior	13,6	14,9	17,9	17,0
2 — Consumo nos Portos	0,5	0,4	0,6	0,6
3 — Comércio de Cabotagem .	0,4	0,4	1,0	1,0
4 — Cafés Industrializados ...	0,0	0,2	0,4	0,8
5 — Consumo Interno(1)	—	1,2	3,8	4,8
B) Distribuição	14,5	17,1	23,7	24,2
C) Estoque final	14,1	24,1	44,2	48,5

Fontes: I.B.C. e informações oficiais.

- (1) O consumo interno na safra de 1957-58 não era abastecido pela produção registrada; na safra de 1958-59 o foi apenas em 6 meses.
- (2) Estimativas e previsões preliminares.

(*) Trabalho elaborado no mês de abril último e encaminhado às autoridades estaduais como contribuição à formulação da política cafeeira da safra de 1961-62.

mais recentes, pode-se chegar a estimativas apenas aproximadas dos estoques que deverão estar em mãos do Governo e de particulares no fim da atual safra. Vê-se pelo quadro I que esse estoque seria de 48,5 milhões de sacas.

Parte ponderável desse estoque é constituído de cafés de qualidade inferior, inclusive os da série expurgo. Aliás, as dúvidas quanto à qualidade do café estocado e mesmo seu montante são também sentidas pelo próprio Governo Federal que recentemente cons-

tituiu uma Comissão para proceder ao levantamento dos estoques de café em mãos do Instituto Brasileiro do Café.

Com a colheita do presente ano, a situação tende a se agravar ainda mais. Embora não se disponha de estimativas oficiais, fontes particulares apresentam para essa colheita previsões que variam de 38 a 40 milhões de sacas. Com isso, somente se pode esperar um agravamento da situação estatística no decorrer da próxima safra.

QUEDA NOS PREÇOS REAIS RECEBIDOS PELOS CAFEICULTORES

Face à deterioração ocorrida na situação estatística do café, vem se observando contínua queda nos preços reais recebidos pelos cafeicultores.

Pela observação constante no quadro II, verifica-se que esses preços depois de um período de alta permaneceram relativamente estáveis, em seus valo-

QUADRO II
Evolução dos Preços de Café no Interior de São Paulo

ANOS	Preços médios recebidos pelos lavradores		Preços deflacionados		Índice Geral de Preços (1)	Índice Preços Agrícolas
	Preços correntes Cr\$/60 kg.	Ind.	Cr\$(1948/52) por 60 kg.	Ind.		
Média 1948/52	838	100	838	100	100	100
1953	1 320	157	910	109	145	155
1954	2 200	262	1 200	143	183	204
1955	2 130	254	1 000	119	213	231
1956	2 280	272	894	107	255	259
1957	2 360	282	811	97	291	283
1958	1 720	205	523	62	329	282
1959	1 930	230	419	50	461	370
1960(2)	2 580	308	445	53	580	513

Fontes: Divisão de Economia Rural.

(1) Calculado na base do índice "2" da "Conjuntura Econômica".

(2) Dados preliminares.

res correntes, de 1954 a 1957, sofrendo quedas em 58 a 59, para novamente subirem em 1960. Eliminando-se os efeitos da inflação, teríamos então quedas sensíveis de ano para ano, apenas paralizadas em 1960. Aliás, o preço real nos dois últimos anos — 1959 e 1960 — é praticamente igual à metade do auferido, em média, no quinquênio base, o que deixa os preços do café em situação de marcante inferiori-

dade quando comparados com outros produtos. Isso, aliás, pode ser avaliado pelo cotêjo do índice de preços correntes de café (230 em 1959 e 308 em 1960) com o Índice Geral de Preços (461 em 1959 e 580 em 1960) e mesmo com o índice de Preços Agrícolas de S. Paulo (370 em 1959 e 513 em 1960), tendo todos êsses índices como período básico a média alcançada no quinquênio de 1948-52.

POLÍTICA CAFEIEIRA PARA A NOVA SAFRA

Aproximando-se o início da nova safra comercial, 1961-62, cabe ao Governo Federal decidir quanto à política cafeeira, inclusive quanto aos preços que devem ser assegurados para êsse produto. Surge daí uma série de questões do mais alto interesse; deve o Governo, face à atual situação do café, continuar com a sustentação dos preços para os lavradores em níveis satisfatórios? Ou deve deixá-lo cair a níveis que desestimulem a produção de modo a se conseguir num futuro próximo uma adaptação

da produção também aos níveis de consumo e exportação? Ainda que esta última hipótese pareça, à primeira vista, razoável e coerente com um desenvolvimento normal da economia brasileira, sendo mesmo defendida por inúmeros economistas, principalmente do Rio de Janeiro, não há dúvida que contra ela podem ser apontados muitos argumentos, que nos levam a optar decididamente pela manutenção de uma política de sustentação de preços para os cafeicultores.

Inconvenientes de novas quedas nos preços

Para melhor aquilatar os reflexos de uma política de não sustentação de preços internos do café, é indispensável que se considere primeiramente o as-

pecto macro-econômico da questão. Sabe-se que atualmente o café não mais contribui com alta porcentagem para a Renda Interna do Estado.

Sua participação em 1960, pode ser calculada em cerca de 5%, apenas, quando há anos atrás, em 1950, atingia 16,4%. No entanto, a importância desse produto ainda é fundamental para a nossa economia, quando se considera que é a exploração básica de nossa agricultura, bastando dizer que, segundo levantamento efetuado por esta Divisão em 1958, (1) em colaboração com a FAO/CEPAL/IBC —, as propriedades agrícolas que cultivam café ocupam uma área de 121 mil quilômetros quadrados, aproximadamente metade do Estado de São Paulo, mobilizam uma população de 2,2 milhões de pessoas, aproximadamente 20% do total do Estado, e representam, ainda, um ativo de cerca de 150 bilhões de cruzeiros, a preços de 1958.

Dêsse modo, o reflexo na economia de São Paulo, de uma queda acentuada de preços de café, em caráter permanente, não pode ser medido apenas pelo efeito numérico de sua participação na Renda Interna de São Paulo. Não são apenas os bilhões de cruzeiros que a economia do Estado deixa de receber. É preciso considerar que devido à importância da cafeicultura e à posição ímpar que ela ocupa no Estado, os afluxos de tal queda serão profundos e se farão sen-

tir numa queda geral no nível de emprego e nos já baixos salários rurais. A agricultura não poderá absorver facilmente os recursos hoje empregados nessa lavoura. Ademais surgirão reflexos ponderáveis nos custos de produção de outros produtos agrícolas pois, como se sabe, o café oferece facilidades à produção de outras culturas, principalmente os cereais, que não poderiam ser produzidos aos níveis atuais de preços, não fossem ter parte de seu custo coberto pela produção de café.

É de se notar que em outros Estados, como Paraná, Espírito Santo e zona da Mata, em Minas Gerais, os reflexos de uma queda de preços do café serão ainda mais pronunciados, pois nessas regiões a importância da lavoura se faz sentir em grau ainda mais elevado do que em São Paulo.

Outro aspecto a considerar é o reflexo que uma política de não sustentação de preços terá sobre a própria economia cafeeira. Diversas questões podem nesse sentido ser levantadas: abandonarão os agricultores as lavouras menos produtivas, transferindo recursos para outras atividades mais lucrativas? Ou saberão reagir aos preços baixos aumentando a eficiência da cultura? Ou continuarão a manter suas la-

(1) Veja Indústria do Café em São Paulo, "Agricultura em S. Paulo", março de 1961.

vouras em condições rotineiras de tratamento, procurando simplesmente diminuir as despesas a fim de fazer face à diminuição de preços?

De um ponto de vista teórico poder-se-ia admitir que os cafeicultores reagissem a menores preços com uma melhoria de suas técnicas, a fim de manter o seu nível de renda ou, então, que eles resolvessem transferir todos os seus recursos para outras explorações mais lucrativas. Isso seria altamente benéfico para a economia do Estado. Todavia, o conhecimento científico que hoje se tem da estrutura da lavoura de café em São Paulo, mostra que os cafeicultores, em geral, não reagem dessa forma.

O estudo realizado sobre a produtividade da lavoura cafeeira no Estado de São Paulo, em 1958, pela Divisão de Economia Rural em colaboração com a CEPAL, FAO e IBC, mostra que já naquele ano, de um total de 1,3 bilhões de árvores adultas, cerca de 660 milhões apresentavam-se com rendimento inferior a 24 arrôbas por mil pés, sendo consideradas submarginais, nas condições de preço e custo então existentes. Dêsse modo, cerca de 50% da lavoura de café em São Paulo apresentava precários resultados financeiros, significando prejuízo para os agricultores e má utilização de

recursos para a coletividade. E no entanto, o mesmo estudo mostra que apenas 35 milhões de cafeeiros tinham sido, em média, arrancados nos últimos anos. Nesse ritmo, levaria aproximadamente 20 anos para remover tôdas as árvores que naquele ano eram consideradas submarginais.

Êsses números mostram um fato de maior significação da cafeicultura de São Paulo e quiçá de todo o Brasil. Ainda que as lavouras se mostrem deficitárias e pouco produtivas, os lavradores relutam em arrancá-las e insistem em continuar a explorá-las. A explicação dêsse fato encontra-se na estrutura do custo de produção da lavoura, conforme será demonstrado em outro setor dêste trabalho. O que, porém, deve ficar claro é que, face a essa atitude, não se pode esperar que os cafeicultores venham a substituir, prontamente, apenas sob ação da força do mercado, suas lavouras anti-econômicas. E do mesmo modo não se pode esperar que venham melhorar tecnicamente sua produtividade através de práticas racionais, mesmo porque já em 1958, conforme mostra o mesmo estudo, era muito pequena a porcentagem dos que empregavam técnicas avançadas.

Aliás, a história da cafeicultura brasileira confirma essa

conclusão. Durante a crise de 1930, quando os preços do café caíram a níveis ínfimos, não se processou a readaptação que se fazia então necessária. Não se cortou o café com a rapidez suficiente e não ocorreu a melhoria desejada na produtividade. Foram necessários cerca de 20 anos para que a produção caísse aos níveis da exportação e do consumo interno.

Outro fator a ser considerado é que uma queda do preço no mercado interno será de consequências malélicas para toda a cafeitura nacional, tanto para as lavouras de baixo como para as de alto rendimento. É ilusão pensar que os proprietários das boas lavouras continuem a tratar bem o seu cafézal, quando os preços caem. Ainda que seja esse o comportamento racional a ser esperado, o que se constata, é uma atitude contrária de parte dos agricultores. Quando os preços caem, eles deixam de investir capital em forma de adubos, aquisição de máquinas, combate à erosão etc. e passam a explorar apenas a riqueza natural dos solos, deixando que sua produtividade diminua progressivamente até que o transforme mais tarde em pastos pouco produtivos. Devido à

alta taxa de juros que em geral se obtém nas atividades econômicas de São Paulo, qualquer agricultor somente aplica capital adicional na agricultura, quando a perspectiva de lucro é muito alta. Aliás, é preciso considerar que ponderável parcela dos cafeicultores não dispõem mesmo de capital adicional para investir quer no café, quer em outros setores.

Portanto, se os preços do café não forem sustentados em níveis satisfatórios, toda a lavoura cafeeira será prejudicada, tanto as boas como as ruins e haverá um decréscimo generalizado da produtividade na cafeicultura, o que em última análise, significa prejuízo para a economia do país. E tampouco teremos dêsse modo a solução desejada para o problema dos excedentes, ao menos por muitos anos, pois os agricultores, de moto próprio, não promoverão o arrancamento em massa dos cafeeiros pouco produtivos. Ademais, ocorreria com a queda de preços do café, sensível crise no meio rural, acompanhada de uma decadência generalizada dos cafézais do país, inclusive das lavouras atualmente com produtividade satisfatória.

Inconvenientes de melhores preços

Todavia, em conflito com essa conclusão tem-se o fato bá-

sico da economia cafeeira, no momento, que é a super-produ-

ção. O Brasil tem agora um excedente calculado em 48,5 milhões de sacas que não podem ser absorvidas pelos mercados consumidores. Deve-se nessas condições continuar a sustentar os preços de café em cruzeiros? Não se estará assim incorrendo numa contradição econômica, estimulando-se o aumento de produção de uma cultura que já se acha em condições de evidente super-produção? Não há dúvida que, se o Governo sustentar preços remunerados em cruzeiros, ocorrerá um acréscimo ainda maior de produção com plantios adicionais nas zonas de terras novas e com a formação de novas lavouras racionais de alta produtividade nas zonas velhas. E dificilmente poderá ocorrer um aumento de consumo generalizado que venha absorver êsse maior volume de produção, como aliás é difícil prever que haja um aumento de consumo suficiente para absorver a produção já existente. Sabe-se que os mercados consumidores reagem vagarosamente às promoções de vendas e que em geral os Gover-

nos dos países consumidores não mostram maior interesse em estimular êsse aumento por não considerar o café um produto essencial à saúde e bem estar do povo. Sòmente encontrar-se-ão maiores possibilidades com a abertura de comércio com os países da cortina de ferro, mas, ainda assim, essas possibilidades no momento parecem muito pressas a prognósticos de difícil antecipação.

Portanto, a garantia de preços remuneradores em cruzeiros virá de fato agravar a situação de superprodução. Mas, de outro lado, se o Governo não garantir êsses preços, ocorrerá, como foi dito, grave crise na cafeicultura, com repercussões sensíveis em tôda a economia do país. Trata-se, pois, de uma situação difícil, que obriga uma atitude corajosa de nosso Governo. Impõe-se que seja adotada paralelamente à manutenção de preços um controle efetivo da produção. Não adianta garantir preços nem mesmo dentro dos níveis atuais, sem a adoção, concomitante, de medidas de restrição à produção.

Nessecidade de estabelecer contrôles da produção

Reconhecemos que não há aceitação geral dêsse princípio entre os cafeicultores patrícios. Muitos dizem que um controle de nossa produção, fará com

que outros países se aproveitem para ampliar suas lavouras. A medida é encarada por muitos, como uma ofensa ao brio nacional, como se estivés-

semos perdendo uma batalha econômica, o que faz com que os opositores à idéia tornem-se patrioticamente apaixonados. Considerando-se, porém, o fato, com a necessária frieza, o que se constata é que a produção de nossos concorrentes cresce mesmo com preços baixos, apesar de crescer mais, quando se sustenta os preços em dólares. E para sustentar os preços externos, se não restringimos a produção, restringimos o volume de café ofertado no mercado. Não há, pois, muita diferença entre os processos. Se estivéssemos competindo para ganhar mercado numa guerra de preços, então o controle de produção poderia ser inconveniente, mas hoje a maioria dos estudiosos aceita que o que nos convém é fazer acordos satisfatórios com os concorrentes, sem entrar numa guerra de preços. De modo que não há inconveniente em se adotar um rígido controle de produção.

Antes de discutir as medidas pertinentes à restrição de produção, convém tratar da questão referente ao nível de produção que deve ser mantido no Brasil. Não é fácil determinar essa questão. Atualmente exporta-se cerca de 17,0 milhões de sacas (média aproximada de 1958-59 e 1960-61) e o consumo interno é da ordem de 5 a 6 milhões. Se desejar-

mos manter posição de equilíbrio, produzindo o que se consome, teremos de reduzir a safra do Brasil em cerca de 35%, pois pode-se considerar que a produção "normal" do Brasil seja agora no mínimo de 35,0 milhões de sacas (média aproximada dos últimos quatro anos). Se considerarmos, porém, a possibilidade de se promover uma política de expansão de vendas através de contratos comerciais e de um bem elaborado sistema de propaganda, então podemos admitir que nos convém manter uma produção de 25 milhões, sobrando assim 19 milhões para exportação, ou seja uma exportação de 2 milhões a mais do que podemos agora normalmente exportar. Nesses cálculos não se faz necessário prever a hipótese de geadas ou de anos pouco produtivos, pois os estoques de 48,5 milhões que dispomos no momento, serão suficientes para atender a essas anormalidades. Acreditamos, pois, que a situação que melhor convém ao país é a de reduzir a produção em 30% e manter em níveis remuneradores, os preços em cruzeiros.

Teoricamente o estabelecimento de *cotas de produção* seria a medida mais eficiente para restringir a produção. Não se trata de medida fácil, mas em princípio pode-se aplicá-la através do registro que é

feito pelo IBC. Este órgão já se acha preparado para registrar todo café comercializado no país, de modo que não seria difícil acrescentar nesse registro o nome do agricultor que o produz. Com isso poder-se-ia estabelecer as cotas individuais de produção. Assim, o cafeicultor que este ano embarcasse 100 sacas, caso fôsse estabelecida uma redução de 30%, ficaria com direito de nos anos seguintes registrar e comercializar apenas 70 sacas.

Para evitar-se os inconvenientes das flutuações de produção de um ano para outro, tal esquema poderia ser corrigido no ano seguinte, permitindo-se que o agricultor registrasse novamente no ano seguinte tôda a sua safra, adotando a cota a partir do 3.º ano com os 30% calculados a partir da média das duas safras registradas.

O sistema de cotas faria com que os agricultores tivessem interesse em cortar a pior parte de suas lavouras a fim de não produzir volume superior ao de suas cotas e dêsse modo elevaria a produtividade média das lavouras do país. De outro lado, é verdade que poderia tirar dos agricultores o estímulo de aumentar a produtividade das lavouras que não fôsssem arrancadas, pois, tendo um número maior do que o necessário para comple-

tar a cota, eles naturalmente sentir-se-iam menos interessados em intensificar o cultivo. Ademais, qualquer aumento de produtividade significará sempre maior número de pés a serem arrancados. Outra vantagem do sistema é a de permitir que proprietários de boas lavouras adquiram as cotas das lavouras pouco produtivas, fazendo com que aumente a produtividade em geral da lavoura.

Também, não haveria necessidade do Governo fiscalizar o arrancamento dos cafeeiros menos produtivos, pois seria naturalmente feito pelos agricultores que teriam assim interesse em cortar suas lavouras mais fracas na proporção necessária para eliminar todo o café que fôsse excedente à sua cota ou então eliminar tôda a sua lavoura, uma vez que resolvesse vender sua cota a outros cafeicultores cujas lavouras fôsssem bem produtivas em sua totalidade.

Ademais, êsse sistema de cota traria uma proibição implícita de novos plantios, que somente poderiam ocorrer se fôsssem adquiridas as cotas de produção de outros cafeicultores que desejassem sair da produção.

Outra forma de restringir a produção é através da *erradicação de lavouras menos produtivas*. Todavia, para o país

reduzir sua produção de café em 30%, conforme sugerido, seria necessário um esquema muito amplo, abrangendo o corte de uma porcentagem muito maior de cafézais.

A julgar pela lavoura de São

Paulo, cuja produção se desdobra nas classes do quadro III, seria necessário erradicar cerca de 693 milhões de árvores para obter a desejada redução de 30% (admitindo produção de 11 milhões de sacas).

QUADRO III

Produção de Café em São Paulo, 1958

Distribuição de Rendimentos Médios por Contingentes de Cafeeiros

Milhões de pés	Rendimento médio Arrôbas p/1 000 pés	Produção 1 000 sacas
210	6,5	350
170	16,5	710
280	24,0	1 680
150	32,0	1 200
165	40,0	1 650
90	48,0	1 080
75	56,0	1 050
85	70,0	1 490
50	90,0	1 125
15	110,0	360
10	113,0	335
Totais 1 300		11 030

Nota: Estimativas baseadas nos resultados da pesquisa realizada pela FAO/CEPAL/IBC-S.A.

Admitindo idêntica proporção para outros Estados do Brasil, chegamos à conclusão de que se faz necessário um esquema de erradicação que abrangesse de 1,2 a 1,5 bilhões de árvores para se reduzir a produção aos níveis desejados. Como efetivar tal erradicação? Através de uma Lei que obrigue cada agricultor arrancar os 50%? Haveria nesse caso o sériíssimo problema da fiscalização dos pés arrancados. Mesmo através de fotografias aé-

reas não seria fácil; confundem-se os pés arrancados e os cortados, o que facilitaria a burla por parte dos lavradores desonestos que após o corte deixariam as lavouras brotarem novamente. Outra dificuldade seria a de determinar as lavouras que devem ser arrancadas. Sabe-se que muitos agricultores têm toda sua lavoura altamente produtiva e muitos outros têm toda sua lavoura com baixa produção. Seria, pois, injusto exigir de todos, o

arrancamento na mesma proporção. Possivelmente a forma mais conveniente não seria através de uma lei, mas sim de um pagamento em dinheiro que constituísse incentivo para o cafeicultor fazê-lo. Nesse caso, o problema da fiscalização seria menor e haveria a possibilidade de serem arrancadas somente as piores lavouras.

Têm sido sugeridas diversas formas de efetivar tais pagamentos. Qualquer delas constitui pesado ônus para o Governo, mas não há dúvida que essa é uma das formas objetivas de se pôr um paradeiro rápido ao problema da superprodução. Ademais, o que se gastasse agora para a erradicação da árvore deixaria de ser gasto no futuro com a aquisição do produto.

Não é fácil determinar do montante a ser pago por pé eliminado. Se o arrancamento fôsse obrigado por lei e o objetivo do pagamento fôsse apenas o de cobrir as despesas extras, poder-se-ia estabelecer uma base entre 6 a 7 cruzeiros por pé, que é o que em geral se cobra em São Paulo, para êsse tipo de serviço. Entretanto, se o objetivo é dar aos lavradores um incentivo a êsse arrancamento, faz-se necessário aumentar êsse pagamento e cobrir com êle também o que o agricultor deixará de colher

no próximo ano. Admitindo-se em média uma colheita de 24 arrobas por mil pés ou sejam 6 sacas beneficiadas a 3.330 cruzeiros, teremos um pagamento de 19.800 cruzeiros por mil pés ou 20 cruzeiros por pé, que adicionados aos 7 cruzeiros do arrancamento perfazem um total de 27 cruzeiros por pé arrancado. Acredita-se que, dêsse modo, se o Governo resolver dispensar 32,4 a 40,5 bilhões de cruzeiros, poderia ter o arrancamento de 1,2 a 1,5 bilhões de árvores e por conseguinte a diminuição de 30% da produção. E deixaria de ter nos anos seguintes despesas idênticas ou superiores a esta, na aquisição dos excedentes, como aliás vem tendo nos últimos anos na safra 1959-60, quando as aquisições atingiram cerca de 56,0 bilhões de cruzeiros. Além disso, através dêsse arrancamento ter-se-ia a liberação de terra, mão de obra e capital para o incentivo à produção de culturas de exportação e de alimentação, desejadas pelo mercado interno.

Impõe-se, aliás, como medida de maior conveniência, que a adoção de tal pagamento seja acompanhada de um esquema amplo, em que o Governo através de um crédito orientado, forneça os recursos financeiros e a assistência técnica para que os cafeicultores possam aproveitar adequadamente as

terras das quais foram arrancados os cafêzais, fazendo uma agricultura racional.

Impõe-se, pois, a formulação de um esquema nesse sentido, em que seja planejado o aproveitamento dos recursos disponíveis na produção dos artigos que possam ser exportados e que são exigidos pelo mercado interno.

A restrição da produção pelo sistema de cotas a que nos referimos anteriormente também exige tal esquema, pois o importante é que os agricultores sejam auxiliados e orientados a encaminhar os recursos liberados do café para atividades essenciais à nossa economia e em proporções adequadas para que não se verifiquem situações de superpro-

dução excessiva em determinadas atividades.

Um esquema dessa natureza para o Estado de São Paulo poderá ser facilmente formulado com os conhecimentos técnicos que se dispõe na Divisão de Economia Rural.

Como medidas auxiliares a qualquer dos esquemas de restrição de produção, pode-se mencionar a suspensão do crédito bancário para as lavouras pouco produtivas e a melhoria dos preços mínimos para os cereais e outros produtos que fôsem considerados convenientes à nossa economia. Dêsse modo, seria maior o interesse do agricultor em aceitar o esquema que fôsse proposto pelo Governo.

Determinação do nível de preços

Uma vez adotado um sistema de erradicação ou de cota, cabe discutir os níveis em cruzeiros em que os preços deveriam ser garantidos para o café a ser produzido.

Também não é fácil estabelecer os preços nesse sentido. No quadro IV encontram-se elementos relativos às despesas da produção de café em lavouras de diferentes níveis de produtividade, dentro de uma dada estrutura de custo. Constatase por êsse quadro que o custo de produção do café é ex-

cessivamente alto. Muito mais alto do que pode parecer à primeira vista. Tomando-se uma lavoura de alta eficiência que produz 100 arrôbas por mil pés e considerando-se as despesas de custeio em que se incorre com adubo, mão de obra etc., aos preços atuais, inclusive para mantê-la nesses níveis de produção, chega-se ao custo de 2.955 cruzeiros por saca beneficiada. E note-se que não estão aí incluídos os juros ou aluguel do valor da terra, os juros do capital invertido e tão

QUADRO IV

Custo de Produção de Café no Estado de São Paulo
Modêlo baseado em propriedades com lavouras de 50 mil cafeeiros, a diversos
níveis de rendimento agrícola e com o pagamento de salários mínimos
cruzeiros por 1 000 pés

I T E M S	Rendimentos Agrícolas (por 1 000 pés)			
	100	75	50	25
	(arrobas de café beneficiado)			
	75	56	38	20
	(sacas de café côco sêco)			
	25	18,5	12,5	6,5
	(sacas de café beneficiado)			
I — PRODUÇÃO				
A — Operações de carpa	12 700	12 700	12 700	12 700
Tratos culturais	5 765	5 765	5 765	3 280
Colheita	10 080	7 440	5 040	2 640
Transp. de café da roça	885	885	440	440
Secar e recolher o café	1 600	1 400	1 000	800
	31 030	28 190	24 945	19 860
B — Materiais consumidos				
Azubos químicos	22 450	14 430	10 060	—
Estêrco	2 500	2 500	2 500	2 500
Mudas p/replanta	75	75	75	75
Sacaria de colheita e utensílios .	150	100	75	50
	25 175	17 105	13 719	2 625
C — Despesas adicionais de custeio .	7 700	7 700	7 700	7 700
D — Depreciação de benfeitorias e do cafezal				
Custo total de produção por 1 000 covas	2 800	2 800	2 800	2 800
Custo de produção de uma saca de café em côco	66 705	55 795	48 155	32 985
	890	996	1 267	1 650
II — BENEFICIAMENTO				
Custo de 3 sacas de café em côco, sêco, de 40 quilos	2 670	2 988	3 801	4 950
Custo de benefício de 3 sacas em côco	160	160	160	160
Valor da embalagem 1 saca ...	90	90	90	90
Transporte para usina de beneficiamento	35	35	35	35
Custo de produção de uma saca de café beneficiado	2 955	3 273	4 085	5 235

Nota: Cálculos baseados no modêlo apresentado no trabalho "Custo e Renda de uma Lavoura Racional de Café" — "AGRICULTURA EM SÃO PAULO" n.º 12 de 1960 — DIVISAO DE ECONOMIA RURAL.

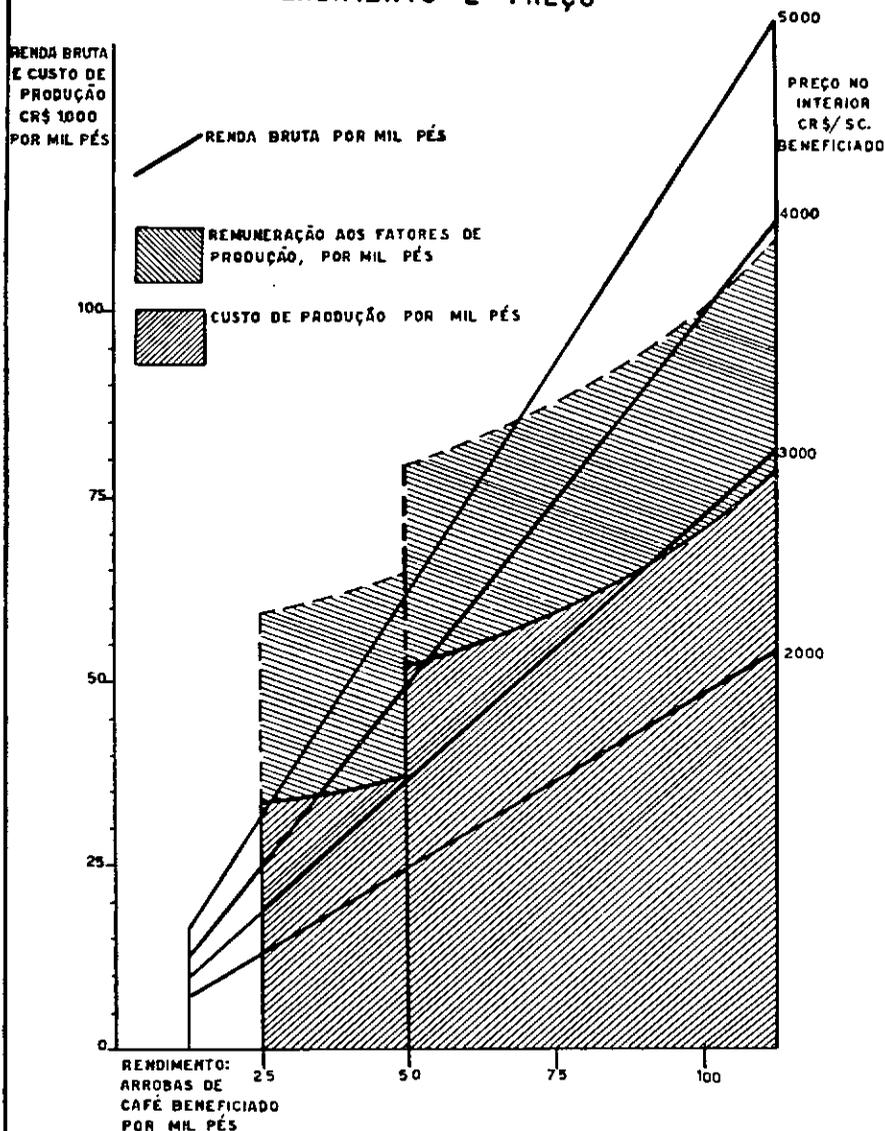
pouco um salário ou retirada para o fazendeiro. Isso significa que aos preços atuais de 2.700 cruzeiros por saca beneficiada no interior, uma lavoura de 100 arrôbas não pode se manter em condições de lucratibilidade. Se os agricultores a mantêm, é porque não pagam o salário mínimo, não a adubam em condições satisfatórias ou se sujeitam a não receber remuneração pelo capital empastado na exploração e pelo seu próprio trabalho de empresário. O que isso necessariamente significa é que essa lavoura não está se “mantendo”, e que certamente sua produtividade cairá, à medida que fôr sendo consumida a fertilidade natural do solo.

O mesmo se aplica em relação às lavouras de menores índices de produtividade, isto é, 75 e 50 arrôbas, com o agravamento de que o custo por saca dessas lavouras são ainda mais elevadas, de 3.273 e 4.085 cruzeiros respectivamente. Também não é possível mantê-las com essa produtividade aos preços atuais de Cr\$ 2 700,00, e que significa que seus proprietários também não poderão pagar salários mínimos aos trabalhadores, não poderão adubá-la e tratá-la convenientemente e terão de se sujeitar a não receber remuneração pelo capital e trabalho de gerência aí aplicados.

Ora, como se sabe, são poucas as lavouras de São Paulo e de outros Estados do Brasil (exceção feita ao Paraná) que apresentam produtividade de 50, 75 ou 100 arrôbas. A grande maioria fica pela casa das 25 arrôbas. Para estas, conforme mostram os dados do quadro IV, o custo é ainda mais elevado, alcançando 5.235 cruzeiros, mesmo sem incluir despesa alguma de adubo, pois produções baixas como essas podem ser obtidas durante muitos anos sem a adubação química. Estão, pois, as lavouras de baixa produtividade em situação ainda mais difícil, com um custo operacional de 5.235 cruzeiros por saca para um preço de venda de 2.700 cruzeiros.

Então, como se mantêm essas lavouras? Os cafeicultores perdem dinheiro todos os anos? Não necessariamente, pois, como foi dito, não pagam os salários mínimos, não adubam, não procedem aos cultivos necessários, diminuindo o número de carpas para 5 ou 4 ou mesmo duas ao ano, e, além disso, mantêm lavouras de subsistência dentro do café, de modo a diminuir o custeio em cruzeiros. Pode-se assim dizer que as lavouras não se “mantêm” nessa base de preço, que elas se “acabam” à medida que se acentua o desgaste de fertilidade do solo.

CAFÉ: RENDA BRUTA, CUSTO DE PRODUÇÃO E REMUNERAÇÃO AOS FATORES A DIVERSOS NÍVEIS DE RENDIMENTO E PREÇO



É aliás o que tem ocorrido historicamente com nossas lavouras de café. O desgaste do solo, a incapacidade de conservar e de repôr a fertilidade fizeram com que as lavouras caminhassem sempre em busca de terras novas. Agora que já não se dispõe de reservas nesse sentido deve-se mudar de atitude a fim de que a lavoura possa permanecer em nosso Estado ou mesmo em nosso país.

Com base nesses elementos, pode-se estabelecer o nível de preço para o café a ser produzido. Dentro de um sistema de restrição de produção, o gráfico anexo mostra que o preço de 4.000 cruzeiros dá quase que justamente para cobrir as despesas de custeio de uma lavoura de 50 arrôbas, sem permitir remuneração para o capital e para o trabalho do empresário nela empregado. Mesmo para as lavouras de 100 arrôbas, não chega a proporcionar renda superior às consideradas normais. O preço de 5.000 mil cruzeiros por saca, como mostra o nosso gráfico, já apresenta uma remuneração considerada satisfatória para as lavouras de 75 arrôbas, cobrindo as despesas de custeio e proporcionando um paga-

mento normal ao capital e ao trabalho do empresário. Para a lavoura de 100 arrôbas, esse preço fornece condições de lucro, pois cobre as despesas e a uma remuneração normal e ainda apresenta uma sobra para o empresário melhor remunerar os fatores. Para as lavouras de 25 arrôbas não chega mesmo a cobrir as despesas de custeio.

Considerando o nível dos agricultores do país, não se pode esperar no momento uma produtividade mínima superior a 50 arrôbas por mil pés. Impõe-se, pois, adotar um preço em cruzeiros que permita pelo menos a manutenção da lavoura nesse nível de produtividade. E o preço para isso teria de ser entre 4.000 a 5.000 cruzeiros por saca. Convém acentuar novamente que esse preço deverá ser acompanhado por um esquema de restrição, pois conforme foi dito, esse preço será lucrativo para as lavouras plantadas em terras novas e férteis durante os primeiros 10 a 15 anos de produção, quando não há necessidade de adubos químicos e dêsse modo constitui um estímulo à formação de novas lavouras e ao agravamento do problema de superprodução.

Nível de preços para safra de 1961

Embora a decisão governamental sôbre a modalidade a

ser utilizada visando a redução da produção, tenha de ser

estabelecida ao se formular a política cafeeira da safra entrante, pois o eventual corte de cafeeiros deve ser feito logo após a colheita, é evidente que para a safra que se inicia em julho próximo, não poderá haver a garantia de preços julgados satisfatórios para as lavouras com rendimentos acima de 50 arrôbas por 1.000 pés.

Assim, para a próxima safra dever-se-ia estudar a aplicação de um esquema de transição que se baseasse num preço que não tornasse mais crítica a situação da cafeicultura. Con-

forme se verificou inicialmente pelos dados do quadro II, já na safra de 1960-61 conseguiu-se evitar continuação da deterioração dos preços reais do café. Para a próxima safra, poder-se-ia, então, garantir ao lavrador o recebimento do mesmo preço real obtido na colheita de 1960, aplicando para isso um esquema semelhante ao vigente nas últimas safras, isto é, dividindo-se o café registrado nas série de mercado, de consumo interno e de expurgo.

Esquema para a safra de 1961

Na formulação dêsse esquema, a primeira questão que surge e que tem sido objeto de debates nas classes interessadas pelos estudiosos do assunto, é se o Governo deve ou não adquirir os cafés da série "Consumo Interno".

Defendem alguns que o Governo não deveria comprar êsse café. Que bastaria elevar o preço do café da série do mercado em níveis compensadores, e exigir que os cafés da série consumo interno e expurgo sejam entregues sem qualquer pagamento. Alegam em favor da medida que dêsse modo não haveria duas aquisições com o encarecimento natural das despesas. Sugere ainda que os excedentes entregues ao Governo

fiquem estocados em nome dos agricultores e que somente sejam liberados posteriormente, quando, devido a um acréscimo de consumo ou a uma retração de oferta (geadas, por exemplo), possa o mercado absorvê-lo normalmente. E nesse caso, os próprios lavradores receberiam o produto da venda.

Todavia, em contraposição a êsses argumentos encontram-se outros que fazem com que a medida se mostre menos satisfatória. Em primeiro lugar, seria necessária uma elevação muito grande na taxa de câmbio café. Para que o preço no mercado interno alcançasse no interior os 7 ou 8 mil cruzeiros por saca, que atenderia os objetivos acima propostos, o câm-

bio precisaria se elevar de 90 para mais de 220 cruzeiros. E com isso não haveria saldo nas contas dos ágios e portanto não haveria possibilidade do governo canalizar recursos para a renovação da lavoura cafeeira e para os esquemas de restrição da produção. Ademais, grandes modificações na taxa de câmbio e a elevação sensível dos preços a 7 ou 8 mil cruzeiros faria com que se tornasse mais difícil a sustentação do preço ouro. Os importadores procurariam oferecer bases menores de preços em dólares e os exportadores brasileiros, visando a realização de maior número de transações, concordariam facilmente em aceitar essas bases.

Outra corrente de estudiosos do problema cafeeiro defendem política inversa. Julgam que o governo deve continuar a comprar a série consumo interno e expurgo, pois desse modo não haveria necessidade de elevar muito o câmbio café e sobraría assim volume ponderável de recursos em cruzeiros para

a) Série Mercado	(45%)	=	18 milhões de sacas a Cr\$ 4 785,00
b) Série Consumo Interno ..	(45%)	=	18 milhões de sacas a Cr\$ 2 500,00
c) Série Expurgo	(10%)	=	4 milhões de sacas a Cr\$ 200,00
	(100%)	40	Cr\$ 3 300,00

rior, para o café pôsto no interior (2.600 cruzeiros) e com uma mudança na taxa de câmbio de 90,00 para 150,00 cruzeiros por dólar.

efetivar uma política de melhoria dos cafeeiros com a erradicação das lavouras menos produtivas.

Dentro desse critério, procuramos calcular os elementos básicos que deverão orientar a comercialização da safra futura. Assim, para evitar um dos inconvenientes do esquema da safra anterior que foi o de não dar ao agricultor interesse para entregar na "série de mercados" café de melhor qualidade dificultando desse modo a exportação por falta do produto de boa qualidade, procuramos ampliar a diferença entre os preços da série mercado e série consumo interno. Procuramos também fazer com que a modificação da taxa câmbio não alcançasse valores muito elevados para evitar os inconvenientes já acima apontados. Dentro desse critério podemos calcular o esquema seguinte, que permite o aumento de preço equivalente à elevação do índice geral de preços (26%) sôbre o preço recebido pelo agricultor, na safra ante-

Desse modo, o cafeicultor receberá no interior, em média, 3.300 cruzeiros por saca de café produzido (26% a mais que Cr\$ 2.600,00), pois com um dó-

lar de 150,00 cruzeiros, o atual registro de 33,77 cents corresponderá a um valor de 5.800 cruzeiros por saca, no disponível de Santos, o que possibilita a aquisição de café no interior a um preço de 4.785 cruzeiros por saca.

Os recursos para a aquisição da quota de consumo interno e expurgo poderão ser obtidos com as próprias cambiais do café. Assim é que, mantendo-se os preços correntes no mercado internacional, a exportação de café proporcionará os mesmos 730 milhões de dólares. Considerando que o país necessita de 600 milhões desse total para atender as importações de câmbio de custo e que os 130 restantes poderiam ser vendidos, no câmbio livre, a 280 cruzeiros, teríamos um montante em cruzeiros de 156,5 bilhões.

$$\begin{array}{r} 600 \times 200 = 120,0 \text{ bilhões} \\ 130 \times 280 = 36,4 \end{array}$$

$$\text{Total (Cr\$)} = 156,5 \text{ bilhões}$$

Descontando-se o que seria pago em cruzeiros aos exportadores de café — 730 milhões de dólares a 150,00 cruzeiros por dólar ou sejam 109,5 bilhões de cruzeiros —, teríamos uma diferença de 46,9 bilhões de cruzeiros. Se a esse saldo, adicionarmos mais 26,4 bilhões de cruzeiros que foram proporcionados ainda pelos cafés

da safra de 1960-61, após a modificação da Instrução 204, teríamos assim um total de 73,3 bilhões. Com o dispêndio de 45,8 bilhões, para a aquisição dos cafés das cotas consumo interno e expurgo, sobraría 27,5 que, adicionados aos 5 bilhões que serão obtidos pela venda para o consumo interno de 5 milhões de sacas a 1.000 cruzeiros, totalizarão os 32,5 bilhões que poderão ser dispendidos num programa a favor da cafeicultura, visando a eliminação das lavouras de menor rendimento, tal como foi atrás exposto.

Aliás, os cálculos acima mostram-se bastante conservadores, pois tomamos uma estimativa de 40 milhões de sacas e efetuamos os cálculos com base num câmbio de custo de 200 cruzeiros, por dólar quando se sabe que após julho este câmbio deverá ser novamente elevado, de modo que o esquema acima proposto deverá, a rigor, proporcionar um excedente superior aos 32,5 bilhões acima mencionados.

Em complementação a esse esquema, diversas medidas devem ser tomadas pelo IBC, e que sumariamente seriam as seguintes: (a) a adoção de um sistema de classificação para o recebimento de café da cota de consumo interno, de modo a pagar ágios para os tipos melhores; (b)

adotar novo sistema de bases de registro para a exportação, de modo a evitar as atuais distorções entre os preços dos diversos portos para cafés da qualidade equivalente. O atual deságio entre os registros de um café bebida Rio, em Santos, Rio e Vitória, é superior ao encontrado nos mercados importadores, o que favorece as exportações por Vitória e em menor escala pelo Rio, em detrimento de Santos; (c) também deveriam ser mantidas as facilidades que benefi-

ciam os cafés de melhor qualidade.

Esses os esquemas, a nosso ver, atendem aos interesses da cafeicultura brasileira, tanto os de caráter permanente, através da restrição da produção e o estabelecimento de preços lucrativos, como os de caráter imediato através da adoção de cotas com preços superiores aos do ano anterior e que permitirão aos cafeicultores aguardarem a adoção de medidas de caráter permanente após a colheita deste ano.

ESTATÍSTICAS

Preços Médios Recebidos Pelos Lavradores de São Paulo

A) Média do Estado (*)

Em cruzeiros

PRODUTOS	Unidade	1960 Abril	Janeiro	1 9 6 Fevereiro	1 Março	Abril
	Kg de					
Café em côco (a)	renda	—	42,60	43,20	45,20	45,60
Café em côco (b)	40 kg	744	854	860	880	940
Café beneficiado	60 kg	2 250	2 740	2 700	2 730	2 790
Algodão em caroço . .	15 kg	364	—	—	507	598
Amendoim em casca .	25 kg	456	468	492	499	504
Mamona	kg	17,70	16,20	16,00	16,70	18,60
Arroz em casca	60 kg	804	957	916	889	942
Arroz beneficiado . . .	60 kg	1 370	1 540	1 460	1 470	1 500
Feijão	60 kg	2 130	1 430	1 240	1 190	1 220
Milho	60 kg	371	445	442	444	482
Batata	60 kg	601	502	473	585	789
Cebola	15 kg	515	160	201	256	290

B) Média das principais zonas do Estado

Abril de 1961 (*)

Em cruzeiros

PRODUTOS (**)	Araça- tuba (1)	Avaré (2)	Cam- pinas (3)	Marília (4)	Pres. Pru- dente (5)	Rib. Preto (6)	S. J. Rio Preto (7)	São Paulo (8)
Café em côco (a) .	46,60	45,90	—	45,00	45,00	41,40	46,80	—
Café em côco (b) .	1 010	864	768	987	929	891	957	839
Café beneficiado . .	2 790	2 720	2 720	2 800	2 900	2 780	2 880	—
Algodão em caroço	589	581	651	587	584	643	594	—
Amendoim em casca	503	534	—	504	498	525	519	—
Mamona	18,60	16,80	—	19,30	18,30	19,60	18,30	—
Arroz em casca . . .	956	904	989	984	938	948	906	937
Arroz beneficiado .	1 520	1 540	1 650	1 600	1 540	1 450	1 400	1 570
Feijão	1 290	998	1 250	1 280	1 440	1 310	1 090	1 350
Milho	473	445	529	519	535	465	469	548
Batata	—	783	888	992	868	589	—	664
Cebola	384	279	275	359	329	393	400	259

* Notas: Dados apurados pela Seção de Análise de Mercados e Preços sujeitos à revisão posterior.

** As unidades dos vários produtos são as mesmas constantes no quadro "A".

*** Nas zonas abaixo, estão incluídas as seguintes chefias de extensão:

(1) Araçatuba, Baurú e Jaú; (2) Avaré e Itapetininga; (3) Campinas, Piracicaba e São João da Boa Vista; (4) Marília; (5) Presidente Prudente; (6) Ribeirão Preto e Bebedouro; (7) São José do Rio Preto e (8) São Paulo, Taubaté e Registro.

Preços Médios Recebidos Pelos Produtores de São Paulo (*)

Em cruzeiros

Itens	Unidade	1960 Abr.	Jan.	1 9 6 Fev.	1 Mar.	Abr.
Boi acima de 3 anos .	cabeça	9 450	12 530	13 900	14 000	14 500
Garrote 2½ anos	cabeça	7 700	10 620	11 400	11 800	11 900
Bezerro 1 a 2 anos ..	cabeça	5 330	6 860	7 330	7 480	8 050
Bezerro até 1 ano	cabeça	4 140	5 230	5 760	5 960	6 510
Boi gordo	15 kg.	787	1 140	1 200	1 170	1 170
Vaca gorda	15 kg.	699	1 030	1 040	1 030	1 045
Leite	litro	6,40	11,50	11,00	11,40	12,40
Vaca holandesa	cabeça	18 700	24 000	24 600	25 000	28 000
Vaca comum	cabeça	11 100	14 400	15 800	15 900	17 100
Porco cx. até 60 kg. .	cabeça	2 720	3 370	3 090	3 410	3 640
Porco cx. + de 60 kg.	cabeça	3 760	4 290	4 260	4 610	4 630
Porco gordo	15 kg.	1 410	1 410	1 450	1 460	1 500
Frango raça especializ.	kg. vivo	76,00	97,00	93,00	94,00	100,00
Galinha caipira	cabeça	123,00	155,00	154,00	158,00	157,00
Galinha leghorn	cabeça	99,00	132,00	122,00	126,00	129,00
Galinha leghorn	kg. vivo	70,00	91,00	83,00	82,00	90,00
Ovos casca branca ...	dúzia	62,80	66,00	70,00	75,00	75,00
Ovos casca vermelha .	dúzia	64,50	68,00	73,00	77,00	78,00
Ovos caipira	dúzia	60,00	58,00	66,00	68,00	73,00

(*) Dados apurados pela Secção de Análises de Mercados e Preços sujeitos a revisão posterior.

Cotações dos Frigoríficos (*)

Cr\$ por quilo no matadouro em 30-4-61

I T E N S	Armour	Wilson
Bois consumo ou novilhos gordos	1 330	1 330
Carreiros consumo ou gordos	1 230	1 230
Vacas gordas e touros	1 230	1 230
Gado tipo conserva	900	900
Vitelos gordos	1 050	1 050
Suinos enxutos 70 kg. acima	1 570	sem cotação
Suinos gordos	1 650	1 550

(*) Fonte: Sindicato da Indústria do Frio no Estado de São Paulo.

Importação do Exterior pelo Pôrto de Santos em 1961

(Toneladas) (*)

PRODUTOS	Abril	Jan. a Abril	PRODUTOS	Abril	Jan. a Abril
Adubos			Ervilha		
Adubo químico (n.e.)	28	345	Extrato de tomate	166	564
Cloreto de potássio	15 493	38 938	Figo sêco	—	1
Fosfato	646	19 141	Grão de bico	—	252
Salitre do Chile	5 317	18 276	Leite em pó	—	629
Sulfato de amônio	4 660	21 029	Lentilha	—	—
Sulfato de potássio	695	1 491	Maçã	1 117	9 402
Superfosfato	2 013	14 871	Malte cevada	—	20
Uréia	109	1 612	Melão	—	123
Arame			Nozes		
Arame farpado	2 630	13 694	Pera	826	3 447
Bebidas			Pera em conserva		
Aguardente	—	24	Pêssego	12	24
Champanhe	—	5	Pêssego em conserva	86	228
Outras bebidas	5	23	Tâmara em lata	—	—
Uisque	33	140	Tâmara sêca	—	—
Vinho de mesa	8	189	Uva passa	—	9
Diversos			Uva fresca		
Borracha	19	5 800		340	575
Borracha sintética	1 556	7 127	Máquinas		
Celulose	4 060	26 422	Implementos agrícolas	150	762
Cortiça em bruto	92	310	Máquinas terraplen.	45	903
Cortiça granulada	—	90	Pertences (terraplen.)	7	196
Fécula de mandioca	—	—	Tratores (pertences)	86	1 038
Glicose	3	52	Tratores	1 308	4 821
Latéx sintético	21	1 010	Óleos e Gorduras		
Papel	4 697	19 467	Vegetais		
Peles de coelho	50	304	Azeite de oliva	253	1 537
Rolhas de cortiça	3	9	Óleo de pinho	0	26
Fios e Fibras			Produtos de Ervanaria e Sementes		
Fibra de linho	441	1 529	Alpiste	227	494
Fios de lã	—	5	Efvanaria	18	44
Fios de linho	11	36	Lúpulo	15	366
Gêneros Alimentícios			Sem. de batata	24	373
Alho	237	1 499	Sem. de flôres	0	5
Ameixa (n.e.)	—	3	Sem. de vegetais (n.e.)	—	46
Ameixa fresca	—	357	Sem. de hortaliças	3	20
Ameixa sêca	46	104	Sem. de cebolas	—	3
Amêndoa	—	1	Sem. de pinho	—	—
Anchova	—	30	Sem. de ervilha	—	36
Avelã	—	—	Produtos Químicos		
Azeitona	1 024	2 366	D.D.T.	—	15
Bacalhau	23	4 147	Fungicida	99	496
Canela	16	58	Hexacloro de benzeno	—	15
Cebola	—	18	Inseticidas	2	820
Cevada	3 440	14 335	Óleos essenciais	3	80
Cravo	1	5	Trigo em Grão		
Damasco sêco	5	19	Trigo em grão	16 765	196 283

Quadro elaborado pela Divisão de Economia Rural, com dados do Diário do Comércio da Associação Comercial de São Paulo.

(*) Dados sujeitos a revisão posterior.

Importação de Cabotagem pelo Pôrto de Santos em 1961

(Toneladas) (*)

PRODUTOS	Abril	Jan. a Abril	PRODUTOS	Abril	Jan. a Abril
Adubos			Linguíça	—	—
Adubo (n.e.)	500	5 160	Peixe	—	—
Fosforita	—	4 006	Peixe sêco	1	6
Bebidas			Pimenta do reino	23	272
Aguardente	—	14	Soja	—	—
Outras bebidas	—	—	Sal	7 690	56 441
Vinho de mesa	814	2 435	Tapioca	4	5
Cereais			Madeiras		
Arroz	2 940	4 632	Canela	32	283
Aveia	—	—	Cedro	—	—
Cevada	—	282	Freijó	85	347
Milho	—	—	Imbuia	13	21
Diversos			Madeiras (outras)	—	251
Borracha	1 688	5 967	Peroba	—	—
Celulose	—	—	Pinho	245	1 317
Crina vegetal	—	15	Oleaginosas, Óleos e		
Crina (n.e.)	—	—	Gorduras		
Fumo em folhas	—	—	Amêndoas (n.e.)	—	—
Látex	139	1 109	Babaçu	624	6 298
Leite de seringueira	41	260	Banha	—	4
Papel	—	2 220	Cêra de carnaúba	—	5
Sacos de juta	—	34	Gergelim	9	138
Tecidos	—	65	Gordura de côco	21	43
Fibras e Fios			Mamona	—	1 968
Algodão	1 959	6 899	Óleo de babaçu	12	1 263
Fios de côco	—	—	Óleo car. de algodão	784	4 502
Juta	212	3 175	Óleo de côco	—	57
Lã	63	196	Óleo de linhaça	22	28
Línter de algodão	20	20	Óleo de oiticica	—	—
Malva	—	1 442	Produtos Animais		
Piaçaba	59	120	Carnarina	—	—
Sisal	32	209	Crina animal	—	2
Gêneros Alimentícios			Farinha de peixe	30	30
Açúcar	3 422	13 729	Farinha de carne	240	520
Cacau	4	9	Óleo de peixe	—	—
Carne (n.e.)	—	—	Peles	—	—
Castanha (n.e.)	38	155	Sangue sêco	—	—
Cebola	36	238	Produtos de Ervanaria		
Côco	356	1 415	e Sementes		
Côco ralado	—	—	Alpiste	9	9
Compotas	34	53	Guaraná	0	35
Conservas	88	243	Resíduos e Tortas		
Doces	—	5	Farelo de trigo	—	—
Extrato de tomate	64	540	Farelo de soja	893	1 563
Farinha de côco	—	—	Trigo e Farinha		
Farinha de mandioca	—	78	de Trigo		
Farinha de soja	—	200	Farinha de trigo	—	—
Fécula de mandioca	185	1 156	Trigo em grão	1 997	18 139
Feijão	108	245			
Leite de côco	—	11			

Quadro elaborado pela Divisão de Economia Rural, com dados do Diário do Comércio da Associação Comercial de São Paulo.

(*) Dados sujeitos a revisão posterior.